

Maria Lúcia dos Santos

***O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do
Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio***

Estudo de caso em Itaituba-Pará, Brasil



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM DOCÊNCIA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Porto, 2018

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Maria Lúcia dos Santos

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do
Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Estudo de caso em Itaituba-Pará, Brasil



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM DOCÊNCIA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Porto, 2018

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Maria Lúcia dos Santos

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do
Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Estudo de caso em Itaituba-Pará, Brasil



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM DOCÊNCIA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Projeto de Investigação apresentado à Universidade Fernando Pessoa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, ramo da Administração Escolar e Administração Educacional realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Manuel Casanova de Almeida.

Maria Lúcia dos Santos

Resumo

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Trata-se de um índice que é divulgado nacionalmente a cada dois anos, tendo como principais finalidades medir a qualidade da educação no Brasil em todos os seus confederados (estados, município e Distrito Federal), bem como das escolas/redes de ensino e a proposição de políticas públicas para corrigir déficits no desenvolvimento educacional. De acordo com o Resumo Técnico (INEP, 2005-2015, p. 52), sabe-se que as escolas de ensino médio público no Brasil não tiveram resultados favoráveis ao longo dos anos, ficando abaixo da meta esperada para o país em 2015 (Tais questões serão melhores exemplificadas com dados numéricos no decorrer desse trabalho). Como o objetivo de contribuir com a elevação desse indicador em âmbito nacional, o Estado do Pará criou o Índice Educacional do Pará (IDEPA) com o propósito de acompanhar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem das unidades escolares, anualmente, já que, também, as escolas de ensino médio de sua jurisdição, principalmente as dos municípios periféricos, como é o caso das unidades de ensino do Município de Itaituba, não atingiram bons resultados neste ano. De ante dessa situação, o presente trabalho traz um relato da pesquisa “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de nível médio”. A investigação foi efetivada em uma escola de nível médio de grande porte, da rede pública estadual de ensino, situada na zona urbana do Município de Itaituba, Estado do Pará e apresentou os seguintes objetivos: identificar as causas culminantes do baixo desempenho da escola no IDEPA em 2015, bem como descrever as medidas corretivas para a melhoria do IDEPA da unidade de ensino. Para tanto, fez-se uso do método Estudo de Caso com o auxílio de procedimentos e instrumentos qualitativos e quantitativos na pesquisa bibliográfica, na aplicação de questionário, nas entrevistas e na observação dos instrumentos direcionadores do ensino desse educandário. As informações foram coletadas junto a equipe gestora e o corpo docente desse espaço educativo. A justificativa do estudo deu ao fato da escola não ter alcançado bom o desempenho no IDEPA em 2015, e em virtude disso, a questão refletiu negativamente na comunidade educativa, recaindo a responsabilidade de tal situação, principalmente a gestão escolar e aos educadores. Os principais pontos desse relato estão constituídos da revisão de literatura que contextualizou o IDEB como medidor do desempenho escolar no Brasil; referendou a interfase entre o SisPAE/IDEPA: uma ferramenta da qualidade educacional nas escolas de nível médio do Estado do Pará; analisou o ensino médio nas políticas educacionais brasileira com enfoque ao contexto educacional do Estado do Pará, abordou uma visão geral da gestão escolar na mudança de paradigma institucional e a importância da participação ativa da comunidade escolar na conquista de um ensino médio público de qualidade. Na sequência, traz uma síntese do processo de investigação, bem como os resultados e discussões dos pontos essenciais da pesquisa, um projeto de intervenção com as medidas corretivas com possibilidades de melhorias ao IDEPA da escola estudada, as considerações finais, o referencial bibliográfico e os anexos.

Palavras-chave: IDEB. SisPAE/IDEPA. Ensino Médio. Gestão Escolar. Intervenção. Participação. Desempenho. Qualidade.

Abstract

The Basic Education Development Index (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB) was created in 2007 by the National Institute of Educational Research Studies (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP). It is an index that is released nationwide every two years, having as final purposes to measure the quality of education in Brazil in every confederated region (state, municipalities and Federal District), as well as teaching schools/networks and the proposition of public policies to correct deficits in the educational development. According to the Technical Summary (INEP, 2005-2015, p. 52), it is known that the public high schools in Brazil haven't had favorable results along the years, staying below the expected aim for the country in 2015 (such questions will be better addressed with numerical data along this paper). Aiming to contribute with the raise of that index in a national environment, the State of Pará created the Índice Educacional do Pará (IDEPA) with the aim of following the development of the teaching-learning process of school units annually, since, also, the high school units of their jurisdiction, mainly from peripheral cities, as it is the case of the teaching units in the town of Itaituba, have not had good results this year. To address this situation, the present paper brings a report of the research "The landscape of the low performance in the Educational Development Index in Pará (IDEPA): corrective measures for a public high school". The investigation took place in a public big high school in the urban area in the town of Itaituba and presented the following objectives: spot the culminating causes of the low performance of the school in the IDEPA of 2015, as well as describe the corrective measures for the IDEPA improvement of the teaching unit. For doing so, a Case Study was used with the help of qualitative and quantitative procedures and tools in the bibliographic research, in the questionnaire application, in the interviews and in the observation of the teaching guiding tools of these students. The information was collected from the management team and from the teaching crew in that educational space. The background of this study was that the school didn't get a good result in the IDEPA of 2015. Due to this, the question reflected negatively in the educational community that got the result of such a situation, mainly to the management and to the teachers. The main points of this report are constituted of a literature review that contextualized the IDEB as a school performance meter in Brazil; the interphase between SisPae/IDEPA was referred: an educational quality tool in the high schools of Pará state; high school was analyzed in the Brazilian educational policies focusing in the educational context of Pará state; an overview of school management in the institutional paradigm was addressed as well as the importance of active participation of the school community in the achievement of the quality public high school. In the sequence, it brings a summary of the investigation process, as well as the discussions and results of the main topics of the research, an intervention project with corrective measures with improvement possibilities to the IDEPA of the school studied, conclusion, bibliographical references and attachment.

Key-words: IDEB. SisPAE/IDEPA. High School. School Management. Intervention. Participation. Performance. Quality.

Dedicatória

Ao meu grandioso Deus pelo discernimento e sabedoria adquirida no decorrer do processo de construção de conhecimento.

À comunidade escolar (em especial a equipe gestora e os docentes) de ensino médio público que cederam importantes e fundamentais informações para elaboração dessa dissertação de mestrado.

As minhas filhas por entender a minha ausência em momentos cruciais de suas vidas. Elas sabem da minha luta em busca por dias melhores. Sempre com elas, tudo por elas e nada sem elas!

Agradecimentos

À Universidade Fernando Pessoa em nome da Coordenação do Curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação por me oportunizar realizar esse importante estudo.

Ao meus professores pelos ensinamentos recebidos, e em especial ao meu orientador Professor Doutor João Manuel Casanova de Almeida pelo direcionamento na execução desse trabalho.

Aos meus colegas de turma pela troca de conhecimentos e incentivo constante.

À minha família, especialmente a minha irmã Maria do Carmo que nunca me abandonou em momentos difíceis.

Aos Especialistas em Educação da 12ª URE/Itaituba, Alessandra Neves, Maria de Nazaré e Roberto Ribeiro dos Santos pelas informações e disponibilização de recursos bibliográficos que enriqueceram o meu trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho, especialmente os meus queridos diretores Leilce de Cássia Paxiúba e o Jocivânio Barbosa pelas contribuições, carinho e compreensão. Todos Eles foram muito importantes para mim nesse momento!

A todos que direta/indiretamente contribuíram para que eu terminasse esse mestrado, GRATIDÃO!

Assumir a desidentificação como uma prática para os estudos educacionais provavelmente envolverá perda de identidade, perda do prestígio universal. Ameaçará nossas certezas e nosso senso de utilidade. Mas, talvez, essas coisas fossem jogadas fora, de qualquer forma. As seguintes questões se colocam: repetir nossas teorias cansativas, precedentes, mânticas? Fazer para nos tornar úteis como técnicos do gerenciamento social? Reinventar a nós mesmos como intelectuais e críticos culturais? (Ball, Mainardes 2011, p. 97).

Índice Geral

Resumo	vi
Abstract	vii
Dedicatória	viii
Agradecimentos	ix
Epígrafe	x
Índice	xi
Índice Gráficos	xiii
Índice Quadros	xiv
Índice Tabelas	xv
Siglas	xvi
I. Introdução	1
II. Revisão de Literatura	4
1. Nota Introdutória	4
i. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como Medidor do Desempenho Escolar no Brasil	4
ii. A interfase entre o SisPAE/IDEPA: uma ferramenta da qualidade educacional nas escolas de nível médio do Estado do Pará	8
iii. Ensino Médio Público no Contexto das Políticas Educacionais Brasileira na Atualidade: um preâmbulo à realidade do Estado do Pará	11
iv. Gestão Escolar Inovadora e Polinizadora do Ensino Público de Nível Médio de Qualidade	16
v. Importância da participação ativa da Comunidade Escolar na Conquista do Ensino Médio Público de Qualidade	20
III. Desenvolvimento do Estudo Empírico	24
1. Caracterização do <i>Locus</i> do Estudo	24
2. Contextualização do Caso de Estudo	25
3. Sistemática do Projeto de Investigação	26
i. Objeto de Estudo	26
ii. Público Alvo	26
iii. Justificativa e Problemática do Estudo	27
iv. Objetivos Gerais e Específicos da Pesquisa	27
v. Metodologia: Instrumentos e Procedimentos	28
vi. Grelhas de Entrevista: questões direcionadoras dos objetivos	32
IV. Diagnostico Situacional: resultados do estudo	33
1. Resultados dos questionários	33
i. Fatores de influência do IDEPA da Escola estudada em 2015	33
ii. Tipo de Gestão Escolar	39
iii. Medidas Corretivas do IDEPA da Escola/Questionários	41
2. Resultados das Entrevistas Semiestruturada	47
i. Fatores de influência do IDEPA da Escola estudada em 2015/Entrevistas	47
ii. Medidas do IDEPA da Escola estudada	48
3. Resultado da Análise documental.....	49
i. Fatores de Influência do IDEPA da Escola estudada em 2015	49
ii. Medidas Corretivas do IDEPA da Escola estudada	49
V. Discussões de Resultados do Estudo	51
VI. Considerações Finais	56
VII. Referências	58
Índice de Anexo	I

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Anexo 2	iii
Anexo 3	vii

Índice Tabelas

Tabela 1. Resumo dos Resultados, Metas e Projeção do IDEB para o Brasil	7
Tabela 2. IDEPA da Rede Estadual do Pará em 2015	9
Tabela 3. Resultados, Metas do IDEB do Ensino Médio e da Rede Estadual de Ensino/Pará	15
Tabela 4. Rendimento Geral e por Série da Escola Estudada em 2014	35

Índice Quadros

Quadro 1. Planilha do Inquérito Alinhado aos Objetivos da Pesquisa	29
Quadro 2. Grelha de Entrevista do Projeto de Pesquisa	32
Quadro 3. Fatores de Influência do IDEPA da Escola Estudada em 2015	33
Quadro 4. Medidas Corretivas do IDEPA da Escola	42

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Índice Gráficos

Gráfico 1 Tipo de Gestão Vigente na Escola Estudada 40

Siglas

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEPA – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Pará

MEC – Ministério da Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SISPAE – Sistema Paraense de Avaliação Educacional

SEDUC/PA – Secretaria da Educação do Estado do Pará

URE – Unidade Regional de Educação

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

I. Introdução

Segundo Castro (2009, p. 5-9), na atual conjuntura da educação brasileira existem muitos mecanismos de avaliação que contribuem na verificação da qualidade dos sistemas de ensino no país. Do ponto de vista de obtenção de dados é um fator positivo, haja vista que até por volta de 1990 isto não era levado tão a sério, mas do ponto de vista da utilização desses dados para a viabilização de políticas educacionais eficazes que repercute, de fato, na melhoria da educação nas escolas do Brasil, ainda deixa muito a desejar.

Neste aspecto, esse projeto de pesquisa “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de nível médio”, veio a corroborar com a explanação anterior, já que a investigação trouxe como objeto de estudo o resultado insatisfatório no IDEPA em 2015 de uma escola pública de ensino médio, localizada na zona urbana do Município de Itaituba, sudoeste do Pará.

Utilizou-se o ano de 2015 como prerrogativa de estudo porque foi neste ano que o IDEPA surgiu como indicador da qualidade educacional do Estado do Pará (Ensino Fundamental e Ensino Médio) tendo como referência o IDEB. O IDEPA foi divulgado em 2016 de forma compartilhada com a equipe gestora da Escola estudada como alinhamento/direcionamento a criação de plano de ação como objetivos e metas para alcançar melhorias no rendimento dos discentes na avaliação do SisPAE e no Censo Escolar. O objetivo desse planejamento era alavancar o IDEPA com reflexo positivo no IBEB em seu contexto geral.

Contudo, até este ano de 2018 essa unidade educativa ainda está à espreita de informações, pois não houve encontros para divulgação dos resultados alcançados do IDEPA a partir de 2015. Portanto, os objetivos direcionadores do processo investigativo foram: a) identificar as causas culminantes do baixo desempenho da escola no IDEPA em 2015, e, b) descrever medidas corretivas para a melhoria do IDEPA da unidade de ensino.

A pesquisa iniciou-se em janeiro de 2018 e finalizou-se em julho do mesmo ano com a discussão pública perante o júri avaliador. Todo esse processo foi disciplinado a partir do método Estudo de Caso que se fez com rigorosidade e objetividade com base na atualidade de onde o problema ocorreu. Logo, os procedimentos e instrumentos foram

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

critérios direcionados a uma amostragem qualitativa e quantitativa na coleta e análise dos dados para favorecer um entendimento real, detalhado e aprofundado do objeto de estudo. Nesse sentido, Yin (2001, p. 32) refere que:

O estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

A pesquisa teve como público alvo a equipe gestora e professores com vínculo direto à realidade educativa da escola. Ocorreram cinco etapas durante o percurso da pesquisa. A primeira deu-se o estudo bibliográfico em meio escrito e virtual. Na segunda etapa, procedeu a pesquisa de campo com um universo amostral de trinta ouvintes para a coleta das informações. Para esse processo, empregou-se as técnicas de entrevistas, aplicação de questionário e observação dos referenciais organizadores do ensino da escola. Na terceira etapa, ocorreu o tratamento e a tabulação das informações. Na quarta etapa, a preparação do relatório final contendo todo o processo e o resultado da pesquisa. E por fim, a argumentação e a aprovação pública do projeto de pesquisa e do relatório final perante o júri avaliador.

Os principais pontos desse texto estão constituídos da revisão de literatura que contextualizou o IDEB como medidor do desempenho escolar no Brasil; focou o IDEPA como indicador da qualidade da educação nas escolas de nível médio do Estado do Pará; analisou o ensino médio nas políticas educacionais brasileira com enfoque ao contexto educacional do Estado do Pará; abordou uma visão geral da gestão escolar na mudança de paradigma institucional, bem como a importância da participação ativa da comunidade escolar na conquista do ensino médio público de qualidade.

Na sequência desse trabalho, traz uma síntese do processo metodológico e procedimentos, os resultados do estudo que se constituem de uma análise sobre os fatores agravantes do baixo desempenho da escola no IDEPA de 2015, as medidas corretivas para elevar o IDEPA da unidade escolar/projeto participativo de intervenção, discussões dos pontos essenciais da pesquisa, assim como as conclusões finais, os referenciais bibliográficos e os anexos.

O bojo dessa análise corrobora ao entendimento que a elevação no IDEPA de uma instituição de ensino está diretamente relacionada ao fomento de políticas educacionais em âmbito macro e micro, assim como a mudança na forma de gestão vigente no espaço

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

escolar e a importância da participação ativa da comunidade educativa no processo ensino-aprendizagem.

II. Revisão de Literatura

1. Nota Introdutória

De acordo com a Agência Pará (2016), o Ensino Médio público no Estado do Pará vem enfrentando ao longo dos tempos uma incessante luta na busca de melhorias, seja nos aspectos pedagógicos, administrativos como de infraestrutura das escolas. Muito se tem investido na aquisição de aparato tecnológico, na formação do corpo profissional, na formação de parcerias com diferentes setores da sociedade, na participação da família no processo ensino-aprendizagem, ainda assim, são conquistas elementares que estão longe do alcance de padrões desejáveis na aquisição do ensino de qualidade.

Sendo assim, o presente capítulo visa analisar cinco pontos essenciais que estão no contexto da pesquisa, “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de nível médio” e assim refletir nos capítulos posteriores sobre o que contribuiu negativamente para que uma escolas públicas de nível médio, localizada na zona urbana do Município de Itaituba não obtivesse resultado satisfatório no IDEPA em 2015 e com isto conjecturar saídas para ascedência desse índice nos anos posteriores há 2018.

Os pontos de argumentação desse tópico são: O Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) Como Medidor do Desempenho Escolar no Brasil; A interfase entre o SisPAE/IDEPA: uma ferramenta da qualidade educacional nas escolas de nível médio do Estado do Pará; O Ensino Médio Público nas Políticas Educacionais Brasileira: um preâmbulo à realidade no Estado do Pará; Gestão Escolar Inovadora e Polinizadora do Ensino Público de Qualidade; e a Importância da Participação Ativa Comunidade Escolar na Conquista de um Ensino Médio Público de Qualidade.

i. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como Medidor do Desempenho Escolar no Brasil

Entre os anos de 1985 e 1986 surgiram as primeiras discussões sobre a importância da implantação de um sistema de avaliação que fosse capaz de medir a qualidade e a eficácia da educação no Brasil em escala geral e em todos os seus confederados (Brasil/MEC, 2009, p. 4-12). Esse processo recebeu o nome Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). A partir de 1992 o SAEB ficou a cargo de uma autarquia do MEC, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Teixeira (INEP). Ao longo dos anos esse sistema foi se aprimorando e criando várias ferramentas avaliativas que vieram subsidiar ao entendimento do ensino e da educação básica no contexto mais amplo no Brasil, dentre as quais: a Provinha Brasil, a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens Adultos (Encceja), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). No caso do Estado do Pará, o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE).

Em 2007, o MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) visando o melhoramento da qualidade da educação ofertada às crianças, jovens e adultos do nosso país. Para tanto, foi lançado o Plano de Metas em regime de colaboração no sentido da união, estados, municípios e o Distrito Federal para encontrar até 2021, de forma conjunta, saídas de superação da extrema desigualdade de oportunidade educacionais existentes em nosso país, e com isto alcançar futuramente, padrões educacionais de qualidade compatíveis aos países desenvolvidos.

O PDE trouxe consigo um instrumento denominado de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um instrumento medidor da qualidade da educação básica em todas as escolas e unidades federativas do Brasil. De acordo com a Academia QEdu, site que disponibiliza a maior fonte de informações educacionais do Brasil, esse índice é calculado através de dois indicadores: o fluxo escolar por meio da taxa de aprovação dos alunos, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos onde é avaliado através do Programa Educacenso/Censo Escolar e o desempenho dos estudantes nas avaliações do INEP: Prova Brasil ou a SAEB nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa. Essa conjectura é exemplificada no Resumo Técnico do IDEB (INEP, 2005/2015, P. 6).

A Prova Brasil aplicada nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e contribuiu para calcular os IDEBs de escolas e municípios. Já a SAEB é realizada no 3º ano do Ensino Médio e serve ao cálculo dos IDEBs dos estados e o nacional. Sendo assim, esses dois parâmetros visualizam avanços ou retrocessos do sistema educacional brasileiro em toda a sua dimensão, logo necessitam de melhoramentos como afirma o Resumo Técnico do IDEB (INEP, 2015, P. 6):

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Essas duas dimensões, que refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, precisam ser aprimoradas para que o país alcance níveis educacionais compatíveis com suas potencialidades. Pela própria construção matemática do indicador (taxa de troca entre as duas dimensões consideradas), para elevar o Ideb, as redes de ensino e as escolas precisam melhorar as duas dimensões do indicador simultaneamente, uma vez que a natureza do indicador dificulta a sua elevação considerando apenas a melhoria de uma dimensão em detrimento da outra (...) O cálculo do Ideb obedece a uma fórmula bastante simples: as notas das provas de língua portuguesa e matemática são padronizadas em uma escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez). Depois, a média dessas duas notas é multiplicada pela média (harmônica) das taxas de aprovação das séries da etapa, que, em percentual, varia de 0 (zero) a 100 (cem).

Em linhas gerais, isso significa dizer que o desempenho de uma escola no IDEB depende do bom êxito dela na Prova Brasil/SAEB e de sua taxa de aprovação, logo este cálculo é revertido também em índice para média dos municípios, estados, Distrito Federal e de forma mais ampla, para o país. Dessa forma, acredita-se que se o Brasil alcançar média nacional 6,0 no IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental, supõe-se que houve o melhoramento na leitura/escrita e interpretação dos códigos matemáticos, e, consecutivamente, os outros níveis de ensino sofrerão acréscimo no rendimento educacional, como afirma Fernandes (2015, p. 2):

O Ideb é o indicador objetivo para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. Nesse âmbito que se enquadra a ideia das metas intermediárias para o Ideb. A lógica é (...) para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional.

Isso explica a corrente intensificação na cobrança dos governantes aos dirigentes dos sistemas e redes educacionais do país, aos gestores escolares, e este, aos coordenadores pedagógicos, professores e alunos, porque o Brasil, além da projeção 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental também deve atingir no IDEB até 2021, 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental e 5,2 no Ensino Médio, conforme discriminado no resumo da tabela 1.

Tabela 1. Resumo dos Resultados, Metas e Projeção do IDEB para o Brasil

Medida	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL											
	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL												
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
ENSINO MEDIO												
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	5.2

Marcação verde: IDEB que atingiu a meta.
Fonte: INEP/Saeb e Censo Escolar.

O melhoramento no IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme a tabela 1, mostra uma trajetória crescente, significando que o país segue uma escala positiva no seu desempenho educacional a partir das séries iniciais do ensino fundamental. Porém, o mesmo não se verifica no ano final do Ensino Fundamental, que apesar do país ter tido ganhos favoráveis no seu desempenho ao longo dos anos, não conseguiu atingir a meta em 2013/2015. O Ensino Médio, todavia, ficou estagnado nesses dois últimos resultados, ferindo assim a expectativa de elevação concomitante e progressiva que o Brasil projetou para 2021 para todos níveis da educação.

Nesse relatório, mostra que muitas redes de ensino no país superaram a meta no IDEB nos últimos resultados, mas houve decréscimo, principalmente no índice das redes públicas e em seguida das redes privadas em 2013/2015, assim na somatória geral acabou deixando o IDEB do país abaixo da expectativa. Logo, deve haver a devida atenção na mesma proporção do fomento das políticas públicas educacionais que foram transferidos a esse primeiro seguimento a todos os outros, principalmente com respeito a reformulação curricular e a formação continuadas dos educadores. Nesse contexto, o Resumo Técnico do IDEB (INEP, 2015, p. 52-56), confirma:

A rede estadual participa com mais de 97% da matrícula na rede pública, evidenciando que o ensino médio é predominantemente de responsabilidade dos governos estaduais e do Distrito Federal. Apesar de o resultado ter aumentado, este comportamento não garantiu o cumprimento da meta de 2015 par ao estrato. Em 05 (cinco) estados, foi registrada a queda no Ideb em relação ano de 2013 (...), mas também, algumas preocupações que precisarão ser discutidas no âmbito das escolas, com o indispensável apoio e colaboração dos

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

níveis mais elevados de gestão nos municípios, nos estados e no Ministério da Educação, para que o desempenho dos estudantes brasileiros possa seguir uma trajetória de melhoria. Não é tarefa fácil, mas os desafios estão postos.

De modo geral, a análise aqui exposta não tem a finalidade de abranger minuciosamente todos os aspectos que envolvem o IDEB, mas serve para exemplificar, essencialmente, como esse índice surgiu, a sua anuência em termos de avaliação da qualidade do ensino no país, bem como clarificar o seu significado para um melhor entendimento ao processo da pesquisa, “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio”, uma vez que de acordo com a Cartilha Plano de Metas (SEDUC, 2016), o IDEPA é o indicador que a Secretaria da Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA) utiliza para acompanhar, o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, também, no âmbito das escolas de nível médio do Estado do Pará baseado no Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE) e o Censo Escolar, mas com o parâmetro no IDEB do Ensino Médio tanto das redes de ensino como a nível estadual.

Com o lançamento do PDE e do IDEB, o MEC consolidou a política de avaliação da educação básica no Brasil através de ferramentas democráticas capazes de verificar com mais rigor e critérios a qualidade do ensino no país. Esta medida favorece o monitoramento, a proposição das políticas educacionais, o provimento de repasse de recursos federais, apoio técnico para estados e municípios mais carentes e também aqueles que demonstrarem mais esforços na conquista da melhoria da qualidade do ensino no Brasil.

Cabe ressaltar, que o IDEB não tem como ser o único instrumento capaz de avaliar a qualidade da educação no país, tendo em vista a diversidade de fatores políticos, sociais, econômicos, culturais, condições de aprendizagens, vocações, projetos de vida dos discentes e outras somatórias que permeiam a estrutura do processo educacional brasileiro, mas a partir dele foi possível o surgimento de muitas outras formas e sistemas de avaliação com isso obter um resumo dos esforços individuais e diferenciados necessários e as trajetórias a serem percorridas pelas redes de ensino, seja estadual, seja municipal para que o país atinja em 2021 o nível de qualidade educacional desejável.

ii. A interfase entre o SisPAE/IDEPA: uma ferramenta da qualidade educacional nas escolas de nível médio do Estado do Pará

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

De acordo com a Revista do SisPAE (2015, p. 7-8), desde que o IDEB foi criado em 2007 através do INEP/SAEB, buscou-se criar instrumentos e estratégias de gestão na busca da melhoria da qualidade na educação escolar e, partindo desse pressuposto, muitos estados e municípios criaram os seus próprios modelos de sistemas de avaliação pautados em suas realidades educativas. Nesse sentido, o Sistema Paraense de Avaliação Educacional (SisPAE) é um modelo externo avaliativo e de larga escala que foi criado em 2013 destinado aos alunos paraenses dos 4º/8º anos do Ensino Fundamental e dos 1º/2º/3º anos do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática por meio de testes e questionários com o propósito de retratar à qualidade do ensino-aprendizagem e a eficácia do modelo educacional em cada escola. Segundo o SisPAE (2013, p. 7):

O SISPAE, além de avaliar pontos relevantes no processo ensino-aprendizagem, propõe suscitar reflexões e análises pedagógicas dos indicadores e resultados, referendar políticas de educação e ações focadas na melhoria do desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio, relacionando-as ao contexto sócio-cultural dos alunos e educadores, e ainda, caracterizar a educação paraense, atribuindo-lhe identidades no currículo, nos planos escolares e de gestão.

De acordo com a Cartilha Plano de Metas (SEDUC/PA, 2016), o SAEB utiliza o desempenho nas áreas avaliadas em Língua Portuguesa e Matemática através da Prova Brasil e do Censo Escolar o que resulta no IDEB. O SisPAE é classificado em nível de proficiência/desempenho, ou seja, utiliza-se o Indicador do Desempenho (ID) que é o nível em que o educando se encontra na avaliação do SisPAE (Abaixo do básico, Básico, Adequado e Avançado) e o Indicador de Fluxo (IF) que representa o resultado da escola no Censo Escolar (Taxa de Aprovação, Taxa de Reprovação e Taxa de Abandono) que resulta no IDEPA, ou seja, a multiplicação entre o ID e IF resulta no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA). Exemplificando ($ID \times IF = IDEPA$) a rede Estadual do Pará em 2015 obteve os seguintes indicadores, tabela 2:

Tabela 2. IDEPA da Rede Estadual do Pará em 2015

IDEPA DA REDE ESTADUAL DO PARÁ POR NÍVEL DE ENSINO		
Ensino Fundamental I (4º ano)	Ensino Fundamental II (8º ano)	Ensino Médio (1º/2º/3º anos)
3,6	2,6	2,5

Fonte: SisPAE 2015/Censo Escolar 2014

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Neste mesmo ano, o IDEPA da 12^o Unidade Regional de Educação (URE 12), onde pertence a escola *locus* da pesquisa atingiu 2,75, baseado nas notas de todas as escolas de sua jurisdição. De acordo com a Cartilha Plano de Metas (SEDUC/PA, 2016), isso representa que em dados gerais, em 2015, na regional (URE 12), 58,7% dos alunos em Língua Portuguesa e 74,2% em Matemática no Ensino Médio encontravam-se no nível de desempenho abaixo do básico, ou seja, possuíam domínio insuficiente dos conteúdos da série em que estavam (1^o/2^o/3^o anos) quando foi realizado a avaliação do SisPAE e base do Censo Escolar em 2014.

Acompanhando este baixo desempenho, a Cartilha Plano de Metas (SEDUC/PA, 2016) informa que em 2015 a Escola estudada demonstrou um IDEPA de 2,14, e da mesma forma, essa instituição de ensino dos 64,6% dos alunos em Língua Portuguesa e 83,7% em Matemática do Ensino Médio encontravam-se no nível de desempenho abaixo do básico, ou seja, possuíam domínio insuficiente dos conteúdos da série em que estavam (1^o/2^o/3^o anos) quando foi realizado a avaliação do SisPAE que marcou 3,45 e base do Censo Escolar em 2014 de 0,62. Esse resultado colocou a escola na 365^a posição na marca de desempenho comparada as 523 das unidades escolares de Ensino Médio do Estado do Pará.

Pensando em melhorar o quadro da educação básica no Estado do Pará, mas especificamente no que diz respeito ao Ensino Médio, já que a referida pesquisa retratou esse nível de ensino, a Cartilha Plano de Metas (SEDUC/PA, 2016), expõe que o baixo desempenho do Ensino Médio no Estado do Pará no IDEB em 2015 (3,0) e, por conseguinte o não alcance da meta 3,5 que era projetada para esse ano, bem como o baixo desempenho no IDEPA, 2,5 no Ensino Médio, fez o Governo buscar parceria privada com a Falconi Consultores de Resultados por meio do Pacto Pela Educação para fortalecer o sistema de gestão educacional então vigente na SEDUC/PA, nas redes de ensino e instituições escolares.

Dessa forma, foi definido a criação de planejamento estratégico a todos os setores envolvidos com desdobramentos de metas e acompanhamento de resultados com o objetivo de ajustar a melhoria do IDEPA e projetar um crescimento de 41% (3,8) no IDEB do Ensino Médio da Rede Estadual do Pará até 2021. Nesse esboço, é referido pelo SisPAE (2016), que:

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

A avaliação educacional em larga escala é um instrumento fundamental para que a qualidade da educação possa ser promovida e acompanhada. Se a meta educacional em nosso país é melhorar a qualidade do ensino que oferecemos, é preciso avaliar, identificando os principais problemas de nossas redes, para, então, encontrarmos os subsídios necessários para que políticas educacionais eficazes possam ter lugar. Através da avaliação, dificuldades escolares são diagnosticadas, metas podem ser estabelecidas e acompanhadas, e práticas pedagógicas e de gestão podem ser renovadas, reafirmando o compromisso com a qualidade da educação que almejamos. (Disponível em <http://www.sispae.caedufjf.net>).

iii. Ensino Médio Público no Contexto das Políticas Educacionais Brasileira na Atualidade: um preâmbulo à realidade do Estado do Pará

De acordo com o MEC (2013, p. 7-8) a organização da educação no Brasil é conferida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 que foi consolidada a partir dos princípios da Constituição Federal de 1988. No Artigo 205 dessa legislação vem tratando que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A LDB divide a educação escolar em dois níveis de ensino: Educação Básica e a Educação Superior. A Educação Básica que compreende a Educação Infantil (de 0 a 6 anos), o Ensino Fundamental (de 7 a 14 anos) e o Ensino Médio (de 15 a 17 anos) e a Educação Superior. A LDB em seu Artigo 22, enfatiza que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social e que compete a educação básica possibilitar uma formação comum com vista ao exercício da cidadania e ao fornecimento dos meios para o alunado progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Na LDB, Artigo 35 afirma que o Ensino Médio é a última etapa da educação básica e tem por finalidades a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; de preparação básica para o trabalho; de formação ética, de desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando; de compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Essa gama de informações legais, traz o reconhecimento e a importância do Ensino Médio como uma etapa escolar imprescindível para a incorporação de grande parcela da população do país excluída de uma escolarização mais elevada dando-lhes a

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

possibilidades de aprofundamento de conhecimento favoráveis à sua vida em sociedade e sendo capaz de relacionar teoria/prática, mundo da ciência e mundo do trabalho, de forma mais genérica, dando-lhes uma formação integral com vista ao desenvolvimento da cidadania.

Dentre tantos dispositivos legais que foram criados como fortalecedores ao alcance das finalidades disposta na LDB para o ensino médio, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000), a SAEB e o ENEM embasados sob orientação do MEC foram os mais significativos, pois trouxeram as orientações curriculares orientadoras do gerenciamento do ensino, auxiliaram na produção de dados da realidade do ensino e no fomento de políticas educacionais, respectivamente. Porém, contrariando o que afirma a IDEB, Silva (2013, pp. 1-2), enfatiza:

Pouco mais de 50% dos jovens cursam o ensino médio na faixa etária adequada. Em torno de 35% o fazem no turno noturno em precárias condições. O Brasil possui 10.357.874 de jovens entre 15 e 17 anos de acordo com o censo de 2011. Destes, 5.451.576 estão matriculados no Ensino Médio. A matrícula total nessa etapa da educação básica é de 9.507.924 alunos, o que indica que um número bastante expressivo possui mais de 17 anos. Os dados mostram, ainda, que parcela significativa da população de 15 a 17 anos encontra-se no ensino fundamental ou fora da escola.

A base legal do ensino médio no Estado do Pará segue os preceitos da Constituição Federal e da LDB vigentes no Brasil. Sendo assim, a realidade dessa etapa de ensino é reflexo da situação caótica do quadro educacional brasileiro que historicamente se perpetuou, principalmente tendo em vista as questões políticas e econômicas que gerou um quadro acentuado de exclusão social favorecendo para que o ensino médio não construísse uma identidade definida, pois ora se apresenta como alicerce dos educandos no fortalecimento do processo de cidadania, ora para preparação rumo ao mercado de trabalho e ora para seguir estudos posteriores. Essa soma de interesses, fica claro na afirmativa de Mészáros (2005, p. 50-51):

[...] nenhuma manipulação vinda de cima pode transformar o imensamente complexo processo de modelagem da visão geral do mundo de nossos tempos – constituída por incontestáveis concepções particulares na base de interesses hegemônicos alternativos objetivamente irreconciliáveis, independentemente de quanto os indivíduos possam estar conscientes dos antagonismos estruturais subjacentes – num dispositivo homogêneo e uniforme, que funcione como um promotor permanente da lógica do capital. Nem mesmo o aspecto da ‘manutenção’ pode ser considerado um constituinte passivo da concepção de mundo que predomina entre os indivíduos.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Em suma, de acordo essas legislações, o ensino médio apesar de ter uma estrutura e base curricular única no país, a sua concepção filosófica e pedagógica são pautadas para atender a diversidade social, econômica cultural, racial, de gêneros e ao mesmo tempo deve ser constituído de uma unidade que favoreça o aluno em todos os seus aspectos globais de aprendizagem de forma individualizada e específica nas unidades federativa e redes de ensino país.

Além desses fatores, o Ensino Médio constantemente sofre alterações em sua estrutura organizacional e curriculares com predominâncias ideológicas que ora são encaradas como retrocessos ora inovadoras, mas que não trazem significativas mudanças no que compete a eficácia do ensino. Essa situação contraditória contribui imensamente ao fracasso escolar de uma grande quantidade de alunos que ingressam nesse nível de ensino no Brasil, principalmente no Ensino Médio público, e mais ainda o que compete ao Estado do Pará, tendo em vista muitos fatores, dentre os quais: a diversidade de modos de oferta, o descompasso do que é previsto em lei e o que é efetivamente ensinado na escola, o alarmante quadro de evasão e reprovação escolar, a distorção idade-série, a má qualidade do ensino e a infraestrutura precária dos espaços escolares.

De acordo com a Educação Básica no Pará (2008, p. 83) as formas de oferta do Ensino Médio no Estado do Pará estão assim configuradas: Ensino Médio Regular, Ensino Médio Modular (SOME), Educação no Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio Normal (Antigo Magistério) Educação Profissional e Tecnológica. Cada uma dessas modalidades de ensino tem organização e estrutura curricular diferenciada com objetivo de atender a diversidade sociocultural e econômica existentes no Estado do Pará.

O Ensino Médio como a última etapa da educação básica deve trazer perspectivas de políticas públicas inovadoras para a sua clientela e mais entendimento da complexidade de fatores envolvidos em todo esse processo. Nesse caso, constata-se que a grande parte da juventude que chega a esse nível de ensino no Estado do Pará tem seu futuro ameaçado por não lhe ser garantido o que de fato é contemplado no artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9394/96) que é a preparação da juventude para fazer a relação entre educação e trabalho, conhecimento e atividade prática e preparação dos sujeitos para a consciência do exercício pleno da cidadania.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Nesse sentido, o decreto nº 5.154/2004 veio constituir a uma política de Ensino Médio Integrado que segundo Ramos (2008) busca a construção do conhecimento na perspectiva da totalidade no sentido de unir o Ensino Médio Integrado a educação profissional técnica e politécnica de forma unitária sem dissociabilidade das três principais dimensões da práxis social: trabalho, ciência e cultura. Para tanto, Kuenzer (2007) sugeriu que a estrutura curricular fosse igualitária com o objetivo de atender as particularidades e necessidades a todas as classes e grupos sociais.

No decorrer dos anos se verificou que o disposto em lei não conseguiu abarcar a realidade concreta do Ensino Médio no Estado do Pará, pois os indicadores do Qedu (2015) comprovaram que os índices de reprovação, abandono e aprovação das escolas de nível médio do Estado são, respectivamente: 10,3% (36.779), 16,9% (60.221) e 72,8% (259.546). Essa situação é muito preocupante, pois este nível de ensino é fundamental tanto para aqueles que almejam adquirir um trabalho quanto para aqueles que desejam ingressar ao ensino superior.

Assim, tanto o rendimento exposto anteriormente, como os indicadores do IDEB relativos ao Ensino Médio a nível de Brasil discriminados na tabela 1 como os que serão tratados na tabela 2 são reflexos da situação caótica que se encontra essa etapa de ensino no Brasil, e, portanto, trazem reflexo ao contexto educacional do Ensino Médio público no Estado do Pará. Paralelamente a isso, o município de Itaituba, local onde essa pesquisa foi realizada, “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio”, esse nível de ensino registrou na rede urbana no ano de 2016 de um total de 3.805 de matrícula efetiva, ocorreram 403 reprovações (10%), 651 abandonos (17,1%) e 2.751 aprovações (72,3%), Qedu (2016).

Tabela 3. Resultados, Metas do IDEB do Ensino Médio e da Rede do Estadual de Ensino/Pará

Unidade	ENSINO MEDIO											
	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Pará	28	27	31	28	29	29	29	31	34	37	42	47
Dependência Administrativa/Rede de Ensino												
Estadual	26	23	30	28	27	30	27	27	29	32	35	44

Marcação verde: IDEB que atingiu a meta.

Fonte: INEP, 2015.

A tabela 2 mostra que apenas em 2009 o Estado do Pará conseguiu atingir a meta em seu índice geral e em relação rede estadual de ensino. Ainda segundo o Inep, nesse estado, as escolas particulares tiveram um desempenho melhor do que as públicas, com um IDEB médio de 6,1 enquanto os colégios públicos tiveram média de 4,3 e o pior índice foi obtido pelas escolas estaduais: 4,2.

Entre outubro e dezembro de 2012 e maio e novembro de 2013 o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2014, p. 45) realizou um estudo com a participação de 250 adolescentes nas cidades de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Belém (PA), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Santana do Riacho (MG) e foram identificados os principais desafios para mudar o panorama de exclusão de alunos do Ensino Médio no momento se apresenta: ampliação dos investimentos, melhoramento do fluxo escolar, mudança na organização e no currículo, valorização do professor, o anseio de encontrar formas de lidar com os adolescentes retidos no ensino fundamental e trazer de volta para a escola alunos excluídos do Ensino Médio.

Diante disso, faz-se necessário a busca conjuntas entre os setores competentes por políticas educacionais que venham contribuir positivamente na formação dos jovens paraenses, com respeito as características, diversidade e globalidade do ensino público de qualidade em seu sentido mais amplo, ou seja, a união entre o trabalho, a intelectualidade, a produtividade, a capacidade de conviver em sociedade como cidadão crítico e a progressão em estudos posteriores. Para tanto, faz-se necessário a concretização do que foi definido no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 citado no início desse texto

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

com a risca de atingir a meta definida na Conferência Nacional de Educação em 2010 para o Ensino Médio, principalmente nesse aspecto:

A busca da ruptura do dualismo estrutural entre o ensino médio e a educação pública profissional – característica que definiu, historicamente, uma formação votada para a demanda do mercado de trabalho e o mundo da produção –, objetivando a ampliação das oportunidades educacionais, bem como a melhoria da qualidade do ensino para essa etapa da educação básica, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos. Nesse sentido, cabe compreender o ensino médio na concepção de escola unitária e de escola politécnica, para garantir a efetivação do ensino médio integrado, na suaperspectiva teórico-político-ideológica, conferindo materialidade a proposta de integração do Decreto nº 5.154, de 2004, como alternativa inicial, e a instituição plena da escola unitária, como meta (CONAE 2010, p.69-70).

De todo modo, essa velha dicotomia do Ensino Médio no Brasil se reflete na Escola estudada e tem profundas consequências ao êxito dos educandos, bem como ao trabalho dos educadores, pois ora se deparam com uma política educacional voltada para a formação geral, outra hora se volta para a formação profissional. Se não bastasse ainda tem o comprometimento de ingresso ao nível superior. Nesse contexto, cabe uma ampla discussão da real finalidade desse nível de ensino no país: ou se forma os educandos para o mercado de trabalho ou para o ingresso nas universidades, Santos (2008, p. 98).

iv. Gestão Escolar Inovadora e Polinizadora do Ensino Público de Nível Médio de Qualidade

Ao mencionar a qualidade do ensino público em uma instituição escolar de Ensino Médio é de referendar um contexto mais geral do fomento de políticas públicas no sentido macro e micro da educação, ou seja, das competências governamentais e das atribuições da gestão no espaço escolar. No artigo 1º do decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, expõe o seguinte:

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Em comum acordo com tal decreto, o ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, afirmou em 14 de agosto de 2015 ao jornal O Estado de São Paulo que existe uma Lei de Responsabilidade Educacional em tramitação no Congresso que prevê maior fiscalização a administradores públicos que venham, por ventura, descumprir metas educacionais em seus municípios e Estados. Nesse entendimento, os indicadores

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

educacionais devem ser vistos dentro de um amplo contexto político, administrativo e pedagógico da organização do sistema educacional brasileiro:

O erro que a gente comete é pensar que o Ideb ruim é fruto apenas da rede educacional. Quando o Ideb é muito baixo, a cidade tem saúde ruim, pouco acesso a empregos. Todos os indicadores negativos andam juntos, assim como os positivos. Não adianta querer responsabilizar só o educador. Tudo está junto (Estadão, 2015, p. 1).

Segundo Lück (2011, p. 15), esses aspectos da gestão educacional “(...) constitui-se em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino”. Nesse contexto, um depende do outro para que o gerenciamento do processo educativo se efetive e surta efeito positivo no processo ensino-aprendizagem.

Em se tratando das competências da gestão escolar Tahim, et al. (2012, p.13), afirma: “(...) é uma das fontes relacionada às mudanças que ocorre no âmbito da escola, para a melhoria da educação pública”. Nesse sentido, de acordo com Ferreira e Aguiar (2011, p. 237-238):

O papel da gestão da escola hoje pode ser sintetizado em três grandes aspectos: 1. A organização da sociedade civil. A escola, na medida em que envolve a comunidade na gestão (...). Isso significa dizer que o efeito da gestão participativa pode repercutir na organização da sociedade fora da escola (...) Igrejas, sindicatos, Igrejas, sindicatos, partidos, cooperativas, associações diversas – que, se por um lado, prolongam a dinâmica do Estado, por outro, constituem a organização dos atores sociais; 2. A formação do sujeito social (...) levando em conta que estes sejam constituídos a partir de indivíduos (...) pelo qual o indivíduo atinge o significado da sua experiência. A gestão da escola participa na formação do sujeito social como membro decisório do cotidiano administrativo da escola ou como ator aluno. A experiência do cotidiano social adentra no cotidiano escola e vice-versa; 3. O fortalecimento do local em contraposição ao global. Os paradigmas da sociedade em rede demonstram o efeito dialético da globalização no fortalecimento das identidades locais (...). A escola, na medida em que participa da formação do sujeito social, organiza, fortalece e constrói a identidade social local.

Fazendo um paralelo desta citação com o que diz o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 no que se refere ao princípio da gestão democrática do ensino público, ambas dão ênfase a ampla participação de toda a comunidade escolar nos processos decisórios e na organização do trabalho pedagógico desenvolvido no ambiente escolar para que o ensino se efetive com qualidade, ou seja, o gestor não conseguirá desenvolver um trabalho de excelência com resultados positivos ao processo de ensino-aprendizagem de forma isolada/centralizadora. Sendo assim, cabe a participação e a união de todos da comunidade escolar (família, educadores, alunos,

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

funcionários, Conselho) e demais representações sociais que se insere ao contexto educativo para que o ensino se desenvolva com qualidade.

Essa nova reconfiguração passou a ser entendida como parte do processo da gestão escolar que além do sentido de mobilizar as pessoas para a realização eficaz das atividades, passou a implicar intencionalidade, definição de um rumo, uma tomada de decisão diante dos objetivos sociais e políticos de uma escola, ou seja, a escola em seu processo de gestão deve cumprir com sua função administrativa, políticos, técnicos e pedagógica, portanto, tem uma função social na formação da personalidade humana. Para tanto, a gestão escolar deve munir-se de quatro funções, de acordo com Libâneo et alii (2011, pp. 344-345):

- a) planejamento: explicitação de objetivos e antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo o que se deve fazer para atingi-los;
- b) organização: racionalização de recursos humanos, físicos, materiais, financeiros, criando e viabilizando as condições e modos para realizar o que foi planejado;
- c) direção/coordenação: do esforço humano coletivo do pessoal da escola;
- d) avaliação: comprovação e avaliação do funcionamento da escola.

Fazendo relação dessa pesquisa “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio”, com o que foi explanado anteriormente e aos itens i e ii, tais informações promovem uma reflexão de que muitos fatores são necessários se efetivar para que as unidades escolares de Ensino Médio público do Estado do Pará, bem como o contexto educacional que se insere a pesquisa garantam a qualidade no ensino e assim alcancem melhores rendimentos no censo escolar e no IDEB. Entretanto, tal conquista parte, necessariamente, da mudança de paradigma no sistema de gestão, seja no sentido macro da efetivação das políticas governamentais, seja no sentido micro do envolvimento da comunidade escolar com o processo educativo. Assim, vale ressaltar:

É nesta etapa da Educação Básica que a relação entre conhecimento e a prática de trabalho estará mais latente e, onde, os elementos mais gerais já aprendidos no Ensino Fundamental precisam receber um tratamento mais crítico, impulsionando o educando para a construção do conhecimento científico, para o domínio teórico-prático do processo produtivo, um domínio para além do adestramento e da formação de trabalhadores polivalentes (...) é necessário que não esqueçamos as bases históricas concretas em que este nível de ensino apoiou-se até o momento no estado do Pará (Educação Básica no Pará, 2008, p. 79).

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Segundo Libâneo (2004, p. 26), a intencionalidade projeta-se nos objetivos que dão o rumo, a direção da ação. Logo, a gestão escolar é o conjunto de medidas tomadas para que a escola cumpra sua função administrativa, pedagógica técnica e política. Isso, em um contexto mais geral, se configura gestão do processo pedagógico como se confirma nessa afirmativa:

(...) a gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento (Lück, 2000, p. 24).

A mudança de paradigma na gestão com a proposição de um modelo inovador nas práticas educativas que favoreça a participação de todos da comunidade escolar e garanta o tão almejado qualidade no ensino, necessariamente, deve partir da construção do projeto político-pedagógico como direcionador do currículo, do planejamento e de toda a práxis escolar de forma interdisciplinar e contextualizada com a realidade do educando para que este enfrente com criticidade as transformações do mundo do conhecimento, do mercado de trabalho e das tecnologias. Nesse contexto, Paro (2010, p. 770), argumenta:

Buscar compreender, dessa maneira, o Projeto Político Pedagógico que revela muito mais do que fragmentos do ensinar descobre-se a sociedade e seus valores, transcende a sala de aula e se encontra com a cidadania.

A preocupação e o compromisso da gestão com o currículo escolar, deverá ser a peça fundamental da organização do conhecimento e de toda a prática educativa para favorecer a formação integral do aluno em todas as suas dimensões, haja vista que “(...) o currículo é um cenário de produção sociocultural, onde o poder circula, enquanto prática de significação, portanto, sua configuração é eminentemente política”, (Macedo, 2000, p. 96), e “(...) orientado para inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento, está, assim, a serviço da diversidade”, (Lima, 2008, p. 20).

Portanto, a efetivação desse modelo inovador na prática da gestão da escola de Ensino Médio da zona urbana do município de Itaituba aonde se efetivou a pesquisa contribuiria, sem sobra de dúvida, na promoção de mecanismos democráticos de participação no gerenciamento do ensino de forma compartilhada com todos os atores e segmentos sociais que estão diretamente relacionados nesse contexto, e, favoreceria um redirecionamento das práticas educativas rumo a melhoria do rendimento no censo

escolar com reflexo positivo no medidor da qualidade do ensino (IDEPA) dessa instituição de ensino.

v. Importância da participação ativa da Comunidade Escolar na Conquista do Ensino Médio Público de Qualidade

A comunidade escolar são professores, a equipe gestora, funcionários, pais, alunos, assim como, as associações de bairro, sindicatos, conselhos e entidades comunitárias, estabelecimentos comerciais, ou seja, diz respeito aos agrupamentos sociais que estão inseridos no contexto educativo de uma unidade escolar. Logo, é necessário que todos os segmentos sociais envolvidos nesse processo sejam críticos na defesa de seus interesses e coerentes e reflexivos na aceitação dos interesses dos outros. Nesse sentido, a escolar deve ser direcionada e compreendida Cavalcanti (2014, p.7):

(...) em uma perspectiva mais ampla, que não apenas como instituição que transmite conhecimentos sistematizados, pode contribuir para o desenvolvimento de práticas participativas que oportunizem a comunidade escola a atuar em aspectos importantes para a educação de seus filhos e da comunidade como um todo, não ficando apenas numa atitude passiva. Isso pode acontecer se a escola assumir uma postura de formação de cidadãos críticos e reflexivos, não voltados apenas para as necessidades do sistema capitalista contemporâneo, mas que se vejam como sujeito de ações, de comportamentos e atitudes voltados para o bem estar individual e coletivo. A participação se faz necessária para o desenvolvimento de uma cidadania ativa

Esse pensamento, deve alicerçar os esforços conjunto da comunidade escolar do Ensino Médio público paraense na conquista da participação e da efetivação de políticas educacionais que tragam melhorias ao desempenho de qualidade das escolas públicas de Ensino Médio da zona urbana do município de Itaituba. Para tanto, a gestão escolar deve munir-se do compromisso de uma prática educativa inovadora capaz de proporcionar a formação para a participação ativa da comunidade escolar rumo a mudança na educação. Nesse sentido, afirma Ball e Mainardes (2011, p. 246):

(...) que envolva os sujeitos como mais eficientes na produção de mudanças, difundindo ações em redes como mais democráticas e participativas e em oposição a relações hierárquicas de tomada de decisão sobre as políticas.

É claro que esse processo é árduo, lento e gradual, mas ao longo do tempo surtirá efeitos capaz de construir um processo de gestão pedagógica eficiente e capaz de fazer relação entre as pessoas no seu espaço de trabalho e na sua convivência interpessoal. Nessa perspectiva, a gestão escolar se faz de extrema importância para gerenciamento dos

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

processos em prol da construção de um projeto educativo eleito e compartilhado por todos na busca de um ensino médio público de qualidade.

Para o alcance da qualidade na educação no Ensino Médio, a escola não pode ser uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante. Deve, integrar-se numa comunidade que interage com a ampla vida social, Libâneo (2013, p 114). Porém, não basta apenas que a gestão seja democrática e viabilize um processo de participação ativa de todos os segmentos no processo ensino-aprendizagem, mas que haja a consciência de todos que a construção de uma escola de qualidade ou qualidade na educação depende de inúmeros fatores. Nesse entendimento, Dourado et al. (2007, p. 9), relata:

(...) a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (...) Desse modo, a Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem (...) a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno.

Nestes termos, a base da democratização da escola se constitui em muitos fatores e objetivos que são capazes de interagir ao processo educativo possibilitando efeito positivo no rendimento do educando. Assim, a busca pela qualidade da educação em uma escola de Ensino Médio, mas do que entendimento da complexidade da dinâmica educacional que perpassa o ambiente escolar, deve haver o engajamento dos diferentes segmentos da sociedade na definição de políticas educacionais que colabore com a eficácia do ensino (Educação Básica no Pará, 2008, p.61). Nesse sentido, Libâneo; Alves (2012, p. 333), argumenta:

A escola é vista como uma instituição social e, como tal, se constitui na dinâmica das relações sociais, sendo impossível compreendê-la desarticulada de seus determinantes sociais, políticos, econômicos, culturais, bem como no papel que exerce na formação e inserção social dos sujeitos que a frequentam.

A gestão democrática da educação nas instituições educativas e nos sistemas de ensino é explicitado no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 como um dos princípios do ensino público. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394, reconhece esse princípio e estabelece as normas da gestão democrática em seu

inciso VIII do artigo 3º e considera fundamental a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico da escola.

E quando falamos de comunidade escolar, necessariamente surgem reflexões a respeito da importância da família no processo educativo, bem como nos remete ao pensamento de valores éticos e morais. Coisas quase sempre relacionadas ao bom comportamento do ser humano em sociedade. Portanto, são reflexões intencionais para um cenário educacional com tantas transformações e exigências, tendo em vista que a família é quase sempre a grande vilã do fracasso escolar. É preciso deixar claro que a participação da família no processo educativo requer muitos entendimentos, mas é de fundamental importância saber se a participação da família no contexto educativo é realmente consciente.

Cury (2005, p. 23) argumenta que, “a educação é um bem público de caráter próprio por implicar em cidadania e seu exercício consciente”. Porém, a participação consciente da família no processo educativo advém de uma postura, não somente dela própria ter conhecimento de suas obrigações e responsabilidades com a formação de seus filhos, como também da postura democrática da escola em favorecer a participação efetiva da família no ambiente escolar para que realmente se concretize o que é disposto na Constituição federal de 1988:

(...) a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1998, p. 124).

A possibilidade de aprendizagem concreta do aluno no Ensino Médio depende imensamente da harmonia entre família e escola, e efetivamente do comprometimento do educador com o fazer pedagógico, pois a LDB no artigo 35 atribui a essa etapa da educação básica a finalidade de aprimoramento do educando como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competência para estudos posteriores. Sendo assim, a escola deve favorecer ao educador condições para que os mesmos, Libâneo et al. (2011, p. 302):

(...) tenham clareza de seus objetivos e conteúdos, que façam planos de aula, que consigam cativar os alunos, que utilizem metodologias e procedimentos adequados às condições de aprendizagem dos alunos, que façam avaliações contínuas, prestando muita atenuação nas dificuldades de cada aluno (...).

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

A aproximação eficaz da família no ambiente escolar, seja para orientações sobre a vida escolar do aluno, seja na participação voluntária em conselhos, associações, e outros processos de mediação democráticas, seja como parceiro nos projetos/atividades educacionais para que tenha a garantia que seu filho está em um espaço propício para aprender, mais do que isso deve proporcionar condições de participação. Nesse aspecto restrito da participação Libâneo et alii (2011, p. 329), argumentam:

(...) identifica-se com a ideia de escola como espaço de aprendizagem, isto é, como comunidade democrática de aprendizagem, onde (...) a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de comunidade educativa que interage com a sociedade civil.

Nesse sentido, a escola deve criar um canal direto de comunicação com os pais e responsáveis para que a família se sinta dentro do mundo escolar de seu filho e não seja apenas um coadjuvante de um processo burocrático e não transfira a escola a responsabilidade de aquisição de valores éticos e morais e do aprendizado dos seus filhos. Portanto cabe a seguinte afirmativa:

No interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio bairro, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas. (Esteves, 2004, p. 24).

III. Desenvolvimento do Estudo Empírico

1. Caracterização do *Locus* do Estudo

A pesquisa realizada partiu de um estudo de caso em uma escola pública de Ensino Médio de grande porte. Esta instituição, integra a Rede de Ensino da 12ª Unidade Regional de Educação (12ª URE), estando localizada em um bairro periférico da zona urbana do Município de Itaituba, Sudoeste do Estado do Pará. De acordo com o Censo Escolar de (2015) dessa unidade ensino, a sua clientela estudantil era constituída na maioria de alunos da classe média baixa. Nessa época, possuía 104 funcionários, destes trinta e oito professores, um diretor, dois vice-diretores, dois Especialistas em Educação, uma secretária, três assistentes administrativos e os demais eram pertencentes ao grupo de pessoal de apoio.

Em 2015, esta escola atendia um contingente de 1.237 alunos subdivididos entre três turnos (matutino/vespertino/noturno) que funcionavam sob a base legal de dois Sistemas de ensino: Ensino Médio Regular (954 alunos) e Ensino Médio - Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA/1ª/2ª etapa, 283 alunos).

A escola possui espaço amplo o que favorece o desenvolvimento das atividades pedagógicas/culturais. Apesar da necessidade no melhoramento da infraestrutura esta unidade é bem completa em seu patrimônio físico. Além de muitos espaços/salas que dão suporte ao atendimento burocrático e pedagógico, ainda comporta Sala de Vídeo, Laboratório de Informática (desativado), Laboratório Multidisciplinar (Ciências), Quadra de Esportes e Sala de Atendimento Especializado. Esta escola apresenta muitos recursos tecnológicos, porém quase todos em mau estado de conservação, o que demonstra a necessidade de modernização de seus equipamentos, principalmente os de informática.

A equipe gestora (diretor/vice-diretores), assim como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Conselho Escolar desta Unidade de Ensino foram constituídos a partir do que versa o artigo 3º da LDB 9394/96 quando retrata o princípio da gestão democrática no ensino público, ou seja, com a ampla participação coletiva dos profissionais da educação e da comunidade na construção de todos os processos escolares. Tal questão vem ao encontro da afirmativa de Bobbio (2005, p.7) quando se refere que em uma democracia “(...) o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo as formas autocráticas”.

De acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, essa instituição de ensino, tem como alicerce filosófico a missão de valorizar as suas origens e o ambiente escolar com o objetivo de propiciar uma educação de qualidade no município de Itaituba, bem como assegurar aos educandos uma formação educacional crítica, participativa e de excelência. A sua visão de futuro se projeta para ser vista e reconhecida pelo respeito aos direitos e deveres a sua clientela escolar, pela oferta do ensino de qualidade e pelo o implemento de ações inovadoras nas atividades educativas.

2. Contextualização do Caso de Estudo

Como foi mostrado no item II, i e ii, nos últimos anos o Ensino Médio das escolas públicas do Estado do Pará vem sendo muito questionado pelo baixo desempenho nas avaliações que medem o índice de desenvolvimento da educação nessa etapa de ensino. Isso é reflexo do contexto educacional que ora é vivenciado no Brasil, por conseguinte, trouxe reflexo também ao contexto educacional do Estado do Pará e repercutiu no IDEPA das escolas, já que este índice depende dos resultados do Censo Escolar e das avaliações do SISPAE que são realizadas para medir a qualidade do ensino no Estado, no caso das escolas de Ensino Médio.

A responsabilidade dessa situação, quase sempre, recai na falta de compromisso da comunidade educativa com o ensino, e em especial, na gestão escolar e nos educadores que sofrem muitas formas de retaliações por parte do Governo. De maneira geral, mesmo que não se busque culpados pelo fracasso do ensino das escolas de Ensino Médio do Estado do Pará, Libânio e Alves (2012, p. 54), afirmam:

“Toda atividade humana está dirigida a um objeto que, na atividade de ensino, é um sujeito que aprende conceitos, habilidades, valores, integrantes dos conteúdos disciplinares. Na unidade entre ensino e aprendizagem, o resultado é a mobilização das ações mentais dos sujeitos visando ao pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e de sua personalidade”.

E se a efetivação do ensino não está de acordo com este enunciado, então deve ser encontrado alternativas conjuntas para que o alunado de fato aprenda. Porém, no bojo dessa questão, também, há muitos debates que pendem para a ausência do Estado no que compete as suas atribuições quanto a garantia da educação de qualidade nas escolas de Ensino Médio, principalmente na oferta de infraestrutura das instituições, salários dignos aos funcionários e a falta de capacitação de pessoal, dentre outros fatores.

3. Sistemática do Projeto de Investigação

i. Objeto de Estudo

Essa investigação teve como objeto de estudo o resultado insatisfatório de uma escola pública de Ensino Médio, situada na zona urbana do município de Itaituba, Sudoeste do Pará no índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA), em 2015.

ii. Público Alvo

O público alvo dessa pesquisa foram professores de diversas áreas de conhecimentos (20), professores das áreas específicas de Língua Portuguesa e Matemática (6), assim como seis (4) membros da equipe gestora da escola (direção, vice-direção e Especialistas em Educação). Quanto a habilitação acadêmica do público alvo: professores, 2 são mestres, 17 são especialistas e 7 são graduados. Da equipe gestora, todos são especialistas em suas respectivas áreas. Grande parte do público alvo está na escola há mais de cinco anos e são efetivados por meio de concurso público.

A opção por este público alvo se deu como possibilidade de entendimento de forma mais geral do que ocasionou a escola ficar com a medida Abaixo do Básico de acordo com os níveis de desempenho do SisPAE/IDEPA em 2015, bem como obter a visão desse público sobre as medidas corretivas para o melhoramento dos índices futuros da escola, tendo em vista que tanto os educadores como a equipe gestora estão diretamente ligados ao processo de ensino-aprendizagem e suas funções emana as dimensões políticas e pedagógicas. Nestes termos, Libâneo; Alves (2012, p. 39), anuncia que essa vivência, em toda a sua globalidade possui finalidades sociais e pedagógicas, portanto, essa interação são constituídas de princípios, condições e meios para assegurar essa mediação com vista a necessidade de planejamento para o desenvolvimento da escola para que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Outro aspecto da escolha desse público, é que o baixo índice dessa escola no SisPAE/IDEPA em 2015, não deve ser visto em contexto isolado, relativo somente a disciplina de Língua Portuguesa e Matemática, mas como um reflexo de todo o contexto educacional, como afirma a Carta do Secretário de Estado de Educação do Pará, José Seixas Lourenço:

(...) o papel do SisPAE, não se esgota no monitoramento dos resultados do desempenho dos alunos, nem tão pouco, na comparabilidade com dados da

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

avaliação nacional, ele inclui também, a importantíssima tarefa de mobilização dos atores, reorientação de práticas educativas e integração de novos recursos (técnicos, humanos, materiais e financeiros) que contribuam para a melhoria desses resultados (Sispae, 2016, p. 1).

iii. Justificativa e Problemática do Estudo

De acordo com Veloso (2011, p. 69), a justificativa de uma pesquisa “é marcada pela prova de a pesquisa a ser feita servira como um acréscimo ao conhecimento científico da humanidade (...)”. Nesse sentido, acrescenta-se que este estudo foi relevante porque trouxe à tona uma análise do reflexo negativo da situação da escola não ter alcançado bom êxito no IDEPA em 2015 ficando com 2,14 o que definiu um desempenho Abaixo do Básico na medida do Sispae/IDEPA nesse ano.

A responsabilidade do baixo desempenho da Escola estudada recaiu, principalmente sobre a gestão escolar e aos educadores desse estabelecimento de ensino o que veio motivar o surgimento das seguintes indagações geradoras (problemáticas): por que uma Escola pública de Ensino Médio, localizada na zona urbana do Município de Itaituba, Sudoeste do Pará, não alcançou desempenho de qualidade no resultado do IDEPA em 2015? Quais as medidas corretivas que a Escola deve implementar para melhorar os resultados futuros do IDEPA?

iv. Objetivos Gerais e Específicos da Pesquisa

Para Santos (2002, p. 64), “O objetivo geral de um projeto de pesquisa é a sua espinha dorsal.” Já os objetivos específicos, “pode-se dividir o objetivo geral em tantos objetivos específicos quantos necessários para explicação da questão proposta” Veloso (2011, p. 71).

Para desvendar as indagações geradoras ora postas, optou-se pelos seguintes objetivos gerais ao processo de pesquisa: identificar as causas culminantes do baixo desempenho da Escola no IDEPA em 2015; descrever as medidas corretivas para o avanço do IDEPA da unidade de ensino. Os objetivos específicos pertinentes ao processo de pesquisa são os seguintes:

1. Contextualizar o IDEB como indicador da qualidade do ensino no Brasil.
2. Tracar um breve relato da realidade do Ensino Médio no contexto das políticas públicas educacionais do Estado do Pará a partir do surgimento do SISPAAE/IDEPA.

3. Verificar a relação do desempenho da escola no ano de 2014 com o resultado do IDEPA de 2015.
4. Analisar se os referenciais organizadores do ensino (ppp, regimento, plano curricular, projetos pedagógicos estão alinhados avanço do rendimento e do IDEPA da escola.
5. Analisar se o tipo de gestão vigente no espaço escolar influenciou no IDEPA da instituição.
6. Apontar se ausência ou aproximação da comunidade/família interferiu no IDEPA da escola.
7. Identificar se a formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico são fatores de influência ao IDEPA da escola.
8. Relatar a percepção do público alvo sobre as ações que possibilitarão a melhoria do IDEPA da escola.

v. Metodologia: Instrumentos e Procedimentos

A pesquisa foi direcionada pelo Estudo de Caso que segundo Yin (2001, p. 7-11), é um instrumento pedagógico útil quando se quer investigar acontecimentos contemporâneos em que não se pode controlar comportamentos considerados relevantes, e, ao mesmo tempo, tem a possibilidade de promover o raciocínio crítico e argumentativo, o que exige empenho do pesquisador para identificar o problema, analisar evidências, desenvolver argumentos lógicos, avaliar e propor soluções. Nesse contexto, Yin (2001, p. 7), argumenta:

Essa estratégia compreende a explicitação de outras implicações da hipótese para outros dados disponíveis e a exposição de como eles se correspondem. Também inclui a procura por explicações concorrentes das evidências em foco e a análise de sua plausibilidade.

Estudo de Caso favoreceu trabalhar com a utilização de procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos na análise teórica, no recolhimento e posteriormente no tratamento das informações advindas dos instrumentos (questionário e entrevista semiestruturada) direcionados aos educadores, a equipe gestora e na observação dos instrumentos direcionadores do ensino do educandário *locus* da pesquisa. Nessa visão, Yin (2001, p. 33), argumenta:

Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, (...), mas o contraste entre

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

evidências quantitativas e qualitativas não diferencia as várias estratégias de pesquisa.

A primeira etapa do processo metodológico desse estudo se iniciou com a pesquisa bibliográfica em meio escrito e virtual com a ênfase no suporte teóricos de aspectos quantitativos e qualitativos referente ao contexto do Estudo de Caso, “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio”.

Na segunda etapa, ocorreu a pesquisa de campo com um universo amostral de trinta (30) ouvintes para a coleta das informações. No inquérito, utilizou-se os instrumentos quantitativos de questionários onde foram aplicados a vinte (20) professores de diferentes áreas conhecimentos e quatro (4) a equipe gestora (diretor, vice-diretores e Especialistas em Educação). O propósito era a obtenção de dados gerais do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA), em 2015.

Em outro instante, utilizou-se o instrumento qualitativos de entrevista semiestruturada a seis (6) educadores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse caso, buscou-se alinhar a parte do inquérito com os objetivos proposto na pesquisa como se demonstra na seguem planilha e grelhas de entrevista:

Quadro 1. Planilha do Inquérito Alinhado aos Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral 1
1. Identificar as causas culminantes do baixo desempenho da Escola no IDEPA em 2015.
Objetivos Específicos e Questões do Inquérito
1. Contextualizar o IDEB e o IDEPA como indicadores da qualidade do ensino no Brasil e no Estado do Pará, respectivamente.
5.1 – Já se informou da importância do IDEB para medir o desempenho da qualidade do ensino no Brasil e a sua relação com o IDEPA?
5.2 – Já se inteirou das ferramentas que o Governo utiliza para medir o IDEB no país e o IDEPA no Estado do Pará?
5.4 – É consciente da sua importância na melhoria do IDEPA da escola?
2. Tracar um breve relato da realidade do Ensino Médio no contexto das políticas públicas educacionais do Estado do Pará a partir do surgimento do IDEPA.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

5.5 – As políticas públicas educacionais do Estado do Pará têm contribuído para a elevação do IDEPA das escolas de nível médio, na atualidade?
3. Verificar a relação do desempenho da escola dos anos de 2013/2014 com o IDEPA de 2015.
5.3 – Acompanha os resultados do IDEPA e as metas a serem alcançadas pela escola ao longo do tempo?
5.6 – A estatística da escola de 2014 contribuiu para o IDEPA de 2015?
4. Observar se os referenciais organizadores do ensino estão alinhados ao alcance da melhoria do rendimento e do IDEPA da escola.
5.7 – Os referenciais organizadores do ensino (ppp, regimento, planos de ensino, são atualizados com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do rendimento escolar do IDEPA?
5.8 – As ações/projetos implementados na escola têm ligação com a elevação do IDEPA?
5. Analisar se o tipo de gestão vigente no espaço escolar influencia no IDEPA da escola.
6. Gestão democrática, gestão burocrática ou gestão autocrática. Dos estilos que se apresentam qual considera ser o mais próximo do que é vivenciado em seu espaço escolar e que influencia no IDEPA da escola?
6. Apontar se ausência ou aproximação da comunidade/família interferiu no IDEPA da escola.
5.10 – A ausência da comunidade/família no cotidiano pedagógico interferiu negativamente no IDEPA da escola?
7. Identificar se a formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico são fatores de influência ao IDEPA da escola.
5.9 – Considera que a boa formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEPA da escola?

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Objetivo Geral 2
2. Descrever medidas corretivas para a melhoria do IDEPA da unidade de ensino.
Objetivo Específico e Questões do Inquérito
8. Relatar a percepção do público alvo sobre as ações que possibilitarão a melhoria do IDEPA da escola.
7.1 – Concorda com o fato de que se a comunidade educativa tivesse mais orientação sobre a finalidade/importância do IDEPA poderia favorecer a melhoria do índice da escola?
7.2 – Considera importante a capacitação sobre as ferramentas que são utilizadas para medir o IDEPA?
7.3 – Apoiar a ideia de utilizar o rendimento escolar e IDEPA/metadados como direcionadores dos planejamentos pedagógicos?
7.4 – Aprova que as políticas públicas educacionais do Estado do Pará sejam direcionadas a dar suporte às escolas de nível médio para a elevação do IDEPA?
7.5 Aceita que os referenciais organizadores do ensino sejam construídos com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do IDEPA?
7.6 – Considera que a boa formação, o comprometimento docente e a proximidade da comunidade/família com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEPA da escola?
7.7 – Concebe que a mudança do atual modelo de gestão vigente na escola é favorável à melhoria do IDEPA.
7.8 – Acredita que a capacitação da gestão e do conselho escolar em gerenciar recursos financeiros seria favorável à melhoria do IDEPA da escola?
7.9 – Aceita que o ensino descontextualizado não atenda a nova demanda da sociedade e com os reais objetivos dos educandos interfere no rendimento e, consecutivamente, no resultado do IDEPA?
7.10 – A escassez de apoio do órgão gestor (seduc/ure) e de setores empresariais/universidades para com a escola são agravos ao melhoramento do IDEPA da escola?

Fonte: Projeto de Pesquisa

vi. Grelhas de Entrevista: questões direcionadoras dos objetivos da pesquisa

Quadro 2. Grelha de Entrevista do Projeto de Pesquisa

1. O contexto do IDEB como indicador da qualidade do ensino no Brasil.
2. A realidade do Ensino Médio no contexto das políticas públicas educacionais do Estado do Pará a partir do surgimento do IDEPA.
3. A relação do desempenho da escola no ano de 2014 com o IDEPA de 2015.
4. O alinhamento dos referenciais organizadores do ensino (Regimento Escolar, PPP, Planos de ensino, projetos didáticos com a melhoria do rendimento e do IDEPA da escola.
5. O tipo de gestão vigente no espaço escolar influencia no IDEPA da escola.
6. A ausência ou aproximação da comunidade/família interferiu no IDEPA da escola.
7. A formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico são fatores de influência ao IDEPA da escola.
8. Percepção do público alvo sobre as ações que possibilitarão a melhoria do IDEPA da escola.

Fonte: Grelha de Entrevista Semiestruturada do Projeto de Pesquisa

Posteriormente, fez-se análise documentais nos referenciais organizadores de ensino da escola (ppp, planos, regimento escolar, demonstrativos de rendimento, etc.). Na terceira etapa, ocorreu o tratamento e a tabulação das informações contidas nos questionários, nas entrevistas e na análise documentais. A partir de múltiplas fontes de evidências organizaram-se as numerosas informações preservando-lhes detalhes relevantes a respeito do objeto de estudo com a finalidade de torná-las com características unitária.

IV. Diagnostico Situacional: resultados do estudo

1. Resultados dos questionários

i. Fatores de influência do IDEPA da Escola em 2015

O inquérito realizado a partir dos questionários foi dividido em três momentos: o primeiro, pretendeu saber conhecimentos e fatores que influenciaram a escola alcançar um IDEPA de 2,14, elevando a instituição a um nível de desempenho Abaixo do Básico de acordo com as notas do SisPAE de 2015 e Censo Escolar de 2014. Já no segundo, a ênfase do inquérito foi dada ao desvendar o tipo de gestão vigente no contexto educativo da Escola estudada. O terceiro, referendou as medidas corretivas que possibilitarão a elevação do IDEPA da Escola, ficando assim a tabulação (quadro 2) por ordem de relevância de acordo com a opinião do público alvo e os tópicos de análise referente ao primeiro momento:

Quadro 3 – Fatores de influência do IDEPA da Escola em 2015

Fatores	Quantitativo Geral: 24	
	Números reais	Percentuais %
1. As políticas públicas educacionais do Estado do Pará não têm contribuído para a elevação do IDEPA das escolas de nível médio, na atualidade.	5	21
2. A estatística da escola de 2014 contribuiu para o IDEPA de 2015.	4	17
3. A ausência da comunidade/família no cotidiano pedagógico interferiu negativamente no IDEPA da escola.	3	13
4. Os referenciais organizadores do ensino (ppp, regimento, planos de ensino, não são atualizados com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do rendimento escolar e do IDEPA.	3	13
5. A boa formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEPA da escola.	2	8
6. As ações/projetos implementados na escola não têm ligação com a elevação do IDEPA da instituição.	2	8
7. Tem informação da importância do IDEB para medir o desempenho da qualidade do ensino no Brasil e a sua relação com o IDEPA.	2	8

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

8. Já tomou conhecimento das ferramentas que o Governo se apropria para medir o IDEB no país e o IDEPA no Estado do Pará.	1	4
9. Acompanha os resultados do IDEPA e as metas a serem alcançadas pela escola ao longo do tempo.	1	4
10. É consciente da sua importância na melhoria do IDEPA da escola.	1	4
TOTAL	24	100%

Fonte: Dados dos Questionários do Projeto de Pesquisa

No entendedor dos resultados do quadro 2, dos 24 professores que responderam o questionário referente ao inquérito a saber dos fatores que influenciaram ao alcance do IDEPA da escola resultou nas seguintes afirmativas: um (1), 5 (21%) “As políticas públicas educacionais do Estado do Pará não têm contribuído para a elevação do IDEPA das escolas de nível médio, na atualidade”.

Neste aspecto, este resultado contradiz o que está enfatizado no Sistema de Governança do Pacto Pela Educação do Pará (2014, p. 5) que objetivava aumentar até 2017 em 30% o IDEB do Pará em todos os níveis de ensino por meio da elevação do desempenho dos discentes e a redução da evasão escolar. Para esse feito, o Governo buscava a capacitação dos profissionais da educação, assim como a melhoria dos espaços físicos das escolas, o aprimoramento da gestão de forma macro e micro de todos os sistemas de ensino do Pará, bem como o incentivo da ampla mobilização/participação da sociedade e com suporte do uso de tecnologia de informação para garantir a eficácia e a qualidade na educação pública paraense. Em outras palavras, Ball e Mainardes (2011, p. 238), argumentam:

Essa reflexão discursiva indica uma apropriação, por parte do discurso empresarial e governamental, das críticas da década anterior diante da política expansionista de FHC de que não bastava garantir o acesso. Para que o direito à educação fosse efetivado era preciso assegurar permanência com qualidade. A grande diferença reside no fato de que a qualidade na perspectiva empresarial agora é reduzida aos resultados de aprendizagem, medidos através de testes de rendimento e pela avaliação das *performances* dos estabelecimentos escolares.

Em complementação, nas entrevistas no que compete a este tópico de discussão, o público alvo relata que o Governo não cumpriu com o que prometeu em sua principal política que é o Pacto Pela Educação do Pará. Portanto, na Escola a ausência do estado é a principal causa do baixo desempenho da instituição no IDEPA em 2015, pois tomando como referência o enunciado “não produziram os efeitos esperados (...) posto que

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

requerem não apenas mudanças administrativas ou burocráticas, mas transformações em concepções, valores e princípios”, (Ball e Mainardes (2011, p. 231), fato que não foi configurado em resultados educacionais.

No item dois (2) do questionário, 4 (17%) do público confirma que “A estatística da escola de 2014 contribuiu para o IDEPA de 2015”, sendo assim, é relevante expor os dados da tabela 4 como complemento, também, das entrevistas, pois este é o segundo aspecto que mais contribuiu para o índice 2, 14 no IDEPA em 2015, já que este indicativo do desempenho é calculado com a junção do Censo Escolar do ano anterior mais a média do SisPAE do ano seguinte, no caso, o Censo escolar de 2014 e o SisPAE de 2015.

Tabela 4 – Rendimento Geral e por Série da Escola Estudada em 2014

Ensino Médio: Escola Estudada			Total: 921 Alunos			
Total Geral	189 reprovações 21%		166 abandonos 18%		566 aprovações 62%	
Série	1º Ano		2º Ano		3º Ano	
Reprovações	91	24%	52	18%	47	19%
Abandono	82	21%	44	15%	41	16%
Aprovações	213	55%	191	67%	163	65%

Fonte: Censo Escolar 2014, Inep.

Ao analisar o rendimento das séries, bem como os dados gerais da escola no ano de 2014, ou seja, 21% de reprovação, 18% de abandono e apenas 62% de aprovação, o reflexo dessa estatística pesou inormente no IDEPA de 2015, pois de acordo com as entrevistas, esse panorama somou-se aos resultados da greve geral de quase três meses na rede estadual de ensino neste mesmo ano onde ocorreu “desconto salarial dos educadores que participaram da greve e muitas outras formas de retaliações, como: a falta de lotação de professores, principalmente nas áreas de exatas e biológicas (Matemática, Física, Biologia e Química), bem como a alta rotatividade de docentes. Toda essa gama de situação e muitos outros fatores, veio a somar-se a desmotivação da classe educativa e prejudicou as escolas, repercutindo negativamente no aprendizado dos discentes, e, consecultivamente, no rendimento e no IDEPA da escola”, (informação verbal).

Em terceiro, (3), 3 (13%), o público decidiu por considerar que “A ausência da comunidade/família no cotidiano pedagógico interferiu negativamente no IDEPA da

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

escola”. Nesse aspecto, essa ausência é a falta de participação no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, a comunidade/família está mais presente e consciente do que acontece no interior da escola isso influencia positivamente no rendimento do educando. Em outros termos, Gohn (2001, p. 19), “participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo (...)” educativo capaz de trazer ganhos ao desenvolvimento da comunidade educativa como um todo.

Nas entrevistas, há a ênfase do público no que diz respeito a responsabilidade da equipe gestora (diretores e especialistas) “na construção de um projeto socioeducativo de inserção da comunidade/família na escola como uma ferramenta, primordial, ao incentivo e a garantia da participação no espaço educativo”, pois quanto mais seguimentos e pessoas participarem da escola de formas engajada nas ações e na avaliação dos resultados obtidos, maiores serão os ganhos para a sociedade e para educação como um todo. Portanto,

[...] todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo. A comunidade encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade, e não separadamente, nesse ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva de uma motivação mais profunda que a da volição ou do interesse e realiza-se na fusão de vontades individuais, o que, na opinião de Nisbet (apud Foracchi & Martins, 1987, p.255), seria impossível numa “união” que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade (Souza, 1996, cit. in Silva 2003, p.14).

Na posição quatro (4), 3 (13%), o público referendou que “Os referenciais organizadores do ensino (ppp, regimento, planos de ensino, não são atualizados com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do rendimento e do IDEPA” da Escola estudada. Sendo assim, qualquer forma de educação que busque a democratização do processo educativo deve partir da participação de todos da comunidade educativa, sem distinção, caso contrário é “falácia discursiva e burocrática”, como concluiu Pacheco (1998, p. 339).

Essa democratização ou participação surge, necessariamente, da liderança escolar (gestão escolar) na garantia da construção de um projeto coletivo fortalecido com noção de cidadania e de igualdade. Em outros termos, Northouse (2010, p. 3) diz que é um “processo pelo qual um indivíduo influencia um grupo de indivíduos para alcançar um objetivo comum”, pois cada ação, documento, projetos, ou seja, planejamentos de forma geral, construídos no interior de uma escola, eles, constituem-se de currículo, e, portanto,

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

deve visar a melhoria dos índices escolares e da qualidade da educação com amplo sentido de valores morais e éticos. Na concepção de Libâneo e Alves (2012, p. 189):

[...] apresenta a questão dos **Currículos em sua relação com as redes sociais** (grifo do autor) em sua potência singular. Aborda, desse modo, a necessidade de superação do não ocupado pelo coletivo como massa passiva, em direção à potencialização do comum como conjunto de singularidades cooperantes, de inteligência coletiva e de trabalho biopolítico imerso em redes de sociabilidades múltiplas, nas quais se inserem os currículos.

Na quinta posição cinco (5), 2 (8%), o público afirmou que “A boa formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEPA da escola”. Essa questão, muito mais do que emergencial é necessária, já que a formação do educador é um caminho para que o mesmo possa, constantemente refletir e renovar a sua prática cotidiana em busca de uma ação planejada com objetivos e metas definidas para alcançar melhores resultados ao rendimento do educando e ao contexto escolar como um todo.

Neste processo, o educador tem um papel fundamental em garantir, de fato, uma educação de qualidade. Nóvoa (2006, p. 18) argumenta: “Podem inventar tecnologias, serviços, programas, máquinas diversas, umas a distância outras menos, mas nada substitui um bom professor”. Diante disto, o autor segue com o seguinte relato:

Nada substitui o bom senso, a capacidade de incentivo e de motivação que só os bons professores conseguem despertar. Nada substitui o encontro humano, a importância do diálogo, a vontade de aprender que só os bons professores conseguem promover. É necessário que tenhamos professores reconhecidos e prestigiados; competentes, e que sejam apoiados no seu trabalho, o apoio da aldeia toda. Isto é, o apoio de toda a sociedade. São esses professores que fazem a diferença. É necessário que eles sejam pessoas de corpo inteiro, que sejam profissionais de corpo inteiro, capazes de se mobilizarem, de mobilizarem seus colegas e mobilizarem a sociedade, apesar de todas as dificuldades (p.18).

Na colocação seis (6), 2 (8%), as pessoas pesquisadas confirmam que “As ações/projetos implementados na escola não têm ligação com a elevação do IDEPA da instituição”. Esse argumento se confirma durante a análise nos referenciais organizadores do ensino da escola e complementa ao item quatro (4), discutido anteriormente.

Portanto, uma ação separada do seu contexto real “é capaz de crítica (...) A verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da “práxis” (grifo do autor) constituída do mundo humano”. (Freire, 2014, p. 20). Nesse temos, os projetos educativos são ferramentas capazes de promover no educando o exercício e inter-relacionamento com o conhecimento de forma exploratória de potenciais de compreensão

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

de conteúdos curriculares e reflexão crítica dos seus avanços ou retrocessos no aprendizado, bem como a consciência e a responsabilidade da interligação deste ao rendimento da escola. Assim sendo,

Ao reproduzi-la criticamente, o homem se reconhece como sujeito que elabora o mundo; nele, no mundo, efetua-se a necessária meditação do autorreconhecimento que o personaliza e o conscientiza como autor responsável de sua própria história. O mundo conscientiza-se como projeto humano: o homem faz-se livre. O que pareceria ser apenas visão é, efetivamente, “provocação” (grifo do autor); o espetáculo, em verdade, é compromisso (Freire, 2014, p. 23).

Na colocação sete (7), 2 (8%), o público argumenta que “Tem informação da importância do IDEB para medir o desempenho da qualidade do ensino no Brasil e a sua relação com o IDEPA”. Porém, esse baixo resultado não tem a ver com a falta de criticidade acerca desses índices, mas com a visão de que poucas pessoas do contexto educativo vêm essas ferramentas como essenciais para medir o desempenho dos discentes, e até da qualidade da educação desse espaço escolar. Nesse sentido, o educandário precisa criar propostas de avaliação interna que estabeleça claramente o que de fato pensa sobre os critérios que prioriza como sendo qualidade educativa e realidade do aprendizado. Do mesmo modo, há uma argumentação nas entrevistas que diz:

Tanto o IDEB como o SisPAE são ferramenta governamental, impositiva, que são aplicadas com um objetivo de equiparar a educação brasileira com a dos países desenvolvidos, ou seja, dar resposta a uma demanda burocrática internacional, já que o Brasil está vinculado em uma política neoliberal de desenvolvimento econômico, onde a educação tem uma forte relação de manter o capital vivo, de cunho excludente, portanto, não retratam a realidade socioeducativa dos discentes e nem tão pouco da escola (informação verbal).

Em boa medida, essa argumentação cabe na seguinte afirmativa:

De acordo com o caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital historicamente toma formas e conteúdos diversos, no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada (Frigotto, 2010, p. 35).

Nas respostas do público alvo referentes as questão oito (8), 1(4%), “Já inteiro-se das ferramentas que o Governo se apropria para medir o IDEB no país e o IDEPA no Estado do Pará”, nove (9), 1(4%), “Acompanha os resultados do IDEPA e as metas a serem alcançadas pela escola ao longo do tempo” e na dez (10), 1(4%), “É consciente da sua importância na melhoria do IDEPA da escola”, estas se complementam a questão sete (7) acima explicitada. Elas estão relacionadas entre si, já que conceitualmente, em se tratando do IDEB e IDEPA há poucas argumentações, haja vista que o IDEB ainda não é reconhecido como o indicador da qualidade da educação nas escolas de nível médio no Estado do Pará.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Realizou-se uma ampla pesquisa em meio escrito e virtual em muitos Sites de referência governamental e este índice, o IDEB é reconhecido nas escolas de Nível Fundamental, em todas as redes de ensino, bem como a nível de Estado e nacional, como já abordado no item II (i e iii) da Revisão de Literatura, mas especificamente, nas escolas de Ensino Médio, ele não aparece como indicador do desempenho escolar.

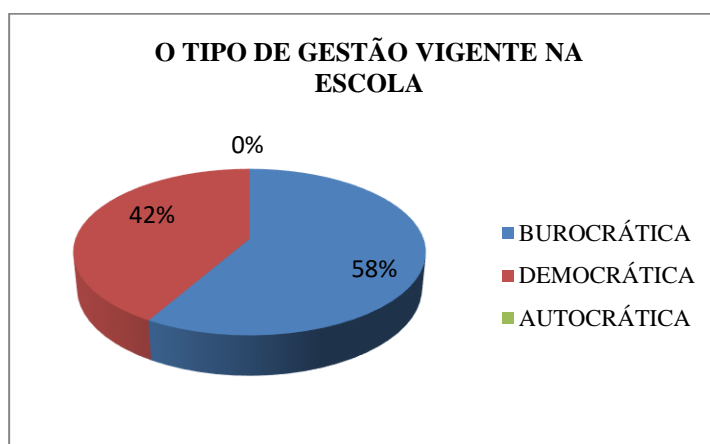
Já o IDEPA, desde 2015, serve como indicador da qualidade da educação das escolas de Nível Fundamental e Médio utilizando como parâmetro a avaliação do SisPAE e o Censo Escolar do ano anterior (exemplificado no item II (ii) da Revisão de Literatura) e no decorrer desse texto, mas de acordo com público, nas entrevistas “até o presente momento ainda não foi divulgado/socializado por parte do Governo do Estado ou SEDUC/URE a equipe gestora os indicadores dos anos posteriores há 2015”. Nesse sentido, não tem como a escola realizar uma avaliação comparativa e projetiva dos resultados alcançados a partir do plano de Alinhamento que foi realizado com a gestão escolar contendo objetivos e metas para melhorar o IDEPA de 2, 14 da Escola estudada nos anos seguintes a 2015. Nesse caso, Luckesi (2011, p. 19):

A ação espontânea não oferece condições para uma avaliação operacional pelo fato de não ter uma direção traçada (condição para a existência da avaliação intencionalmente realizada), expressando-se como aquilo que acontece enquanto acontece, o que é diferente de alguma finalidade intencionalmente perseguida e, portanto, construída. Na ação espontânea, o que ocorrer será satisfatório ou frustrante; na ação planejada, há um desejo claro e definido de sucesso, que expressa a meta aonde se quer chegar.

ii. Tipo de Gestão Escolar

No segundo momento do inquérito relativo aos questionários pretendeu saber qual dos três tipos de gestão (democrática, burocrática ou autocrática) é vigente na escola e que influenciou no baixo desempenho da escola no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA). O resultado ficou assim discriminado através do gráfico 1:

Gráfico 1. O Tipo de Gestão Vigente na Escola



Fonte: Dados do Projeto de Pesquisa

Segundo Lück (2008, p. 15), a gestão escolar “constitui-se em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino”. Nesse sentido, no gráfico 1, 58% do público alvo confirmou através do questionário que a principal forma de gestão vigente na escola é a gestão burocrática, ou seja, “aquela em que o gestor permanentemente ocupa-se de formulários, fichas de controle e afirma seguir as normas”. Nesta pesquisa, a burocracia está relacionada com a qualidade de ensino, no sentido de organização e prestação de contas do ato administrativas e pedagógicas da escola que sem essa visão a qualidade do ensino estaria comprometido, mas por outro lado, as opiniões divergem quanto a gestão meramente burocrática, pois esta favorece a exclusão do gerenciamento dos conflitos e não estimula a participação ativa da comunidade no contexto escolar.

A outra parte do público, 42%, defende a gestão Democrática no ambiente escolar, em que “estimula a participação de todos no processo, compartilha problemas, ouvi proposta e toma as decisões, sempre pautado no bom senso, respeitando a liberdade de cada um”. O diálogo é base de todo o processo.

A partir da década de 80 a tendência de gestão democrática ganhou bastante reconhecimento no espaço escolar brasileiro quando foi incorporada na Constituição Federal, Art. 206, Inciso IV onde estabelece a “gestão democrática do Ensino Público na forma da Lei”, bem como no Art. 14, Inciso II da LBD, Lei nº 9394/96, no qual faz menção à participação da comunidade em conselhos escolares e equivalentes.

Nesse sentido, a forma de governança vigente no contexto escolar é uma intermediação entre a gestão burocrática e a gestão democrática. Mesmo que exista uma diferenciação entre essas concepções do ponto de vista teórico-prático, ainda assim a gestão não é meramente burocrática no contexto da Escola estudada, pois uma depende da outra para que o processo ensino-aprendizagem de fato aconteça. Ora necessita de normatização e ora da participação de todos no alcance de bons resultados. Em vista disso, Lima (1992, p.2), conjectura:

Concepções no mínimo implícitas, sem as quais a ação em contexto organizacional escolar não seria possível, pois é através dessas concepções que se define e se reconhece o que é a gestão escolar, o que é legítimo e ilegítimo realizar, quais os limites e as fronteiras, o que se espera dos gestores e da gestão, etc.

Ciseski e Romão (2004, p. 66) apontam ainda que:

Para isso, há que se criar condições concretas para o seu exercício. Condições essas que implicam, entre outras providências, em: construção cotidiana e permanente de sujeitos sócio-políticos capazes de atuar de acordo com as necessidades desse novo (...) fazer pedagógico-político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados à participação, condições legais de encaminhar e colocar em prática propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino. É necessário ainda que conheçamos as experiências já vividas, tomemos conhecimento de seus limites e avanços e, num processo contínuo de prática e reflexão, superemos suas falhas, aperfeiçoando seus aspectos positivos e criando novas propostas para os problemas que persistem.

Nenhum do público deu ênfase a gestão autocrática, onde o “gestor constrói em torno de si uma muralha, considerando-se superior aos demais membros da equipe escolar” que na visão Chiavenato (2005, p. 187) na tomada de decisão “Apenas o líder decide e fixa as diretrizes, sem qualquer participação do grupo”, ou seja, a comunidade escolar (família, professores, alunos, as representações sociais e demais funcionários), ficam de fora da tomada de decisão. A supremacia vigora na mão do diretor escolar.

iii. Medidas Corretivas do IDEPA da Escola/Questionários

No que tange o terceiro momento, o resultado dos questionários retrata as medidas corretivas (quadro 4) que possibilitarão a escola alcançar desempenho no IDEPA. Tais resultados serão somadas as demais medidas inseridas nos resultados das entrevistas e da análise documental (próximos capítulos). De todo modo, não é de interesse desse trabalho traçar uma ampla análise acerca de tais medidas corretivas, mas objetiva-se transformá-las em propostas que possibilitarão a construção de um planejamento participativo (projeto de intervenção) de forma conjunta com Conselho Escolar, o grupo gestor e

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

demais membros que compõem a comunidade educativa da Escola estudada com vista a orientação da prática pedagógica rumo a conquista de melhores resultados no SisPAE/IDEPA nos anos posteriores a 2018.

A busca desse planejamento de forma participativa, dá-se ao fato de que a escola, mesmo sendo uma instituição social, ela se diferencia das organizações da sociedade civil, assim, qualquer planejamento deve surgir da intermediação democrática da equipe gestora e do conselho escolar, afim de garantir que os ideais do grupo sejam pertinentes aos objetivos da escola, já que os resultados alcançados no processo terão cunho pedagógico com a finalidade de melhoria do processo ensino-aprendizagem com vista ao desempenho do alunado na avaliação do SisPAE e na conquista de bons resultados na medida do IDEPA. Nesse entendimento, Ganzeli e Baldan (*cit. in* Cândido, 1987, pp. 3-12):

suas relações com as instituições sociais e a circunstância de receber estatuto, normas e valores da sociedade, não nos devem tornar incapazes de analisar o que nela se desenvolve como resultado da sua dinâmica própria. Os elementos que integram a vida escolar são em parte transpostos de *fora* (grifo do autor); em parte redefinidos na passagem, para ajustar-se às condições grupais; em parte desenvolvidos internamente e devido a estas condições. Longe de serem um reflexo da vida da comunidade, as escolas têm uma atividade criadora própria, que faz de cada uma delas um grupo diferenciado dos demais.

Quadro 4. Medidas Corretivas do IDEPA da Escola/propostas de intervenção

Medidas Corretivas do IDEPA da Escola estudada	Quantitativo Geral: 24	
	Números reais	Percentuais %
1. Aprova que as políticas públicas educacionais do Estado do Pará sejam direcionadas a dar suporte as escolas de nível médio para a elevação do IDEPA?	4	17
2. Aceita que o ensino descontextualizado a nova demanda da sociedade e com os reais objetivos dos educandos interfere no rendimento e, consecutivamente, no resultado do IDEB?	4	17
3. Concebe que a mudança do atual modelo de gestão vigente na escola é favorável a melhoria do IDEB.	3	13
4. Aceita que os referenciais organizadores do ensino sejam construídos com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do IDEB?	3	13
5. Considera importante a capacitação sobre as ferramentas que são utilizadas para medir o IDEB?	2	8

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

6. Apoia a ideia de utilizar o rendimento escolar e IDEB/metasp como direcionadores dos planejamentos projetos pedagógicos?	2	8
7. Concorda com o fato de que se a comunidade educativa tivesse mais orientação sobre a finalidade/importância do IDEB poderia favorecer a melhoria do índice da escola?	2	8
8. Considera que a boa formação, o comprometimento docente e a proximidade da comunidade/família com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEB da escola?	2	8
9. Acredita que a capacitação da gestão e conselho escolar em gerenciamentos de recursos financeiros seria favorável a melhoria do IDEB da escola?	1	4
10. A escassez de apoio do órgão gestor (SEDUC/URE) e de setores empresariais/universidades para com a escola são agravos ao melhoramento do IDEB da escola?	1	4
TOTAL	24	100%

Fonte: Dados dos Questionários do Projeto de Pesquisa

Na análise do quadro 4, referente as Medidas Corretivas do IDEPA da escola contidas nos questionários resultaram nas seguintes propostas de acordo com o público alvo: um (1), 4 (17%) “Aprova que as políticas públicas educacionais do Estado do Pará sejam direcionadas a dar suporte as escolas de nível médio para a elevação do IDEPA.” Esse resultado confirma o quanto o Governo tem um papel crucial na emersão das políticas públicas educacionais, já que trata-se de uma instituição pública sem fins lucrativos que se baseia na conquista da qualidade do ensino para garantir respostas satisfatórias ao aprendizado dos educandos, logo “o Estado deve atender o ensino público, uma vez que (...) é considerado imprescindível na organização do trabalho. Tal atendimento, no entanto, vem sendo conduzido por parâmetros de gestão da iniciativa privada e do mercado”, Libâneo (2011, p. 149). Corroborando com o disposto, Afonso (2016, p. 3):

Nas últimas três décadas, temos a assistir, em diferentes contextos nacionais (e naturalmente também em Portugal) a mudanças mais ou menos profundas nas orientações para a Educação e nos pressupostos a partir dos outros factores, essas políticas não são indiferentes às mutações no papel do Estado (Afonso, 1999), a internacionalização crescente do capitalismo e ao papel das organizações internacionais e supranacionais (Teodoro, 2008; Antunes, 2008).

Assim sendo, o ponto dois (2), 4 (17%) os ouvintes são compatíveis com a argumentação de “que o ensino descontextualizado a nova demanda da sociedade com os reais objetivos dos discentes traz consequências negativas ao rendimento da escola e,

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

consecutivamente, no resultado do IDEPA”. Nesse sentido, este argumento está de acordo com a conjectura de Libâneo e Alves (2012, p. 190) onde enfatizam a necessidade da organização curricular com integração dos planejamentos oficiais com as propostas pedagógicas advindas da escola. Neste sentido, todos referenciais que envolvem o processo ensino-aprendizagem devem ser construídos de forma articulada com o contexto emergente da sociedade e com as aspirações dos educados para que surta efeitos positivos no resultados do SisPAE/IDEPA.

No ponto três (3), 3 (13%), os ouvintes “Concebem que a mudança do atual modelo de gestão vigente na escola é favorável a melhoria do IDEPA”. Nessa proposta, há a concordância do público na mudança de gestão burocrática para a gestão democrática, haja vista que esta última vertente, mesmo sendo necessária para cumprir com a burocracia que faz o processo educativo caminhar de forma organizado, não deve ser eminentemente, o único caminho ao desenvolvimento educativo. Essa ideia interage com a seguinte afirmativa:

Talvez, pelo contrário, a racionalidade técnico-instrumental, e várias dimensões do conceito weberiano de burocracia, nunca tenham atingido, nas formas de regulação da educação e de gestão das escolas, uma tão expressiva presença e radicalização, também por essa via se constituindo como obstáculos à democratização do governo das escolas (Lima, 2009, p. 249).

Nesses termos, o processo democrático é mais favorável a participação da comunidade escolar nos processos educativos. Portanto, esse outro tipo de organização escolar é mais condizente ao desempenho dos educandos na avaliação do SisPAE/IDEPA e em toda integralidade que envolve o desenvolvimento do aluno nas suas múltiplas dimensões: cognitivo, afetivo e ético. Nesse contexto, Libâneo e Alves (2012, p. 333,.) afirmam:

A escola é vista como uma instituição social e, como tal se constitui na dinâmica das relações sociais, sendo impossível compreendê-la desarticulada de seus determinantes sociais, políticos, econômicos, cultural, bem como do papel que exerce na formação e inserção social dos sujeitos que a frequentam.

No item quatro (4), 3 (13%) “Aceita que os referenciais organizadores do ensino sejam construídos com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do IDEPA”. Nesta proposta, o público é favorável, que por meio democrático, se construa os instrumentos que direcionam os seus processos educacionais de forma articulada com o projeto Político Pedagógico da escola, bem como os demais planejamentos (planos de ensino/curricular, projetos educativos), objetivando melhor desempenho dos discentes

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

na avaliação externa do SisPAE. Diante disto, “Para que metas sejam estabelecidas e alcançadas, é preciso acompanhar os processos que permitem seu alcance”, (SisPAE, 2015, p. 1).

A interação da comunidade escolar ao contexto metodológico do SisPAE/IDEPA e a consciência da importância dessa avaliação para o melhoramento do desempenho da escola, ficará mais fácil identificar os problemas e sugerir ações compartilhadas que sejam eficazes para a melhoria do IDEB da instituição. Em outros termos, esse entendimento da comunidade escolar acerca das possíveis dificuldades dos educandos inerentes a essa forma de avaliação e sua importância para auxiliar no diagnóstico da situação educacional da Escola estudada, refletirá no compromisso e responsabilidade de todos com os objetivos e metas projetáveis a serem alcançadas ao longo dos anos para melhorar a qualidade educacional. Sendo assim,

A avaliação educacional em larga escala é um instrumento fundamental para que a qualidade da educação possa ser promovida e acompanhada. Se a meta educacional em nosso país é melhorar a qualidade do ensino que oferecemos, é preciso avaliar, identificando os principais problemas de nossas redes, para, então, encontrarmos os subsídios necessários para que políticas educacionais eficazes possam ter lugar. Através da avaliação, dificuldades escolares são diagnosticadas, metas podem ser estabelecidas e acompanhadas, e práticas pedagógicas e de gestão podem ser renovadas, reafirmando o compromisso com a qualidade da educação que almejamos (SisPAE, 2015).

No tópico cinco (5), 2 (8%), o público “Considera importante a capacitação sobre as ferramentas utilizadas para medir o IDEPA”. Essa proposta, uma reflexão teórica de uma avaliação de larga escala ou externa deve ser bem analisada pela comunidade escolar “Caso contrário, a avaliação será sempre parcial e incompleta, e por essas razões, poderá levar a decisões que pouco ou quase nada contribuem para a melhoria do projeto educacional”, (SisPAE/Vunesp, 2015, p. 12), pois a concepção filosófica dessa avaliação, não é puramente diagnosticar rendimento da escola de forma isolada, mas nas entrelinhas retratam diversos objetivos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, como se observa na seguinte explanação:

Os resultados dos alunos no SisPAE permitem a verificação das competências e habilidades, entre as propostas para cada etapa de ensino-aprendizagem escolar, encontram-se em efetivo desenvolvimento. Os conteúdos, competências e habilidades apontados na Matriz de Referência da Avaliação do SisPAE para cada série e disciplina, indicam o que os alunos devem aprender em cada área do conhecimento, em cada etapa da escolarização, ela retrata as estruturas conceituais mais gerais das disciplinas e também as competências mais gerais dos alunos, que se traduzem em habilidades específicas (SisPAE/Vunesp, 2015, p. 13).

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

O conhecimento aprofundado da comunidade sobre este pressuposto avaliativo, assim como sobre a estatística da escola dar-se-á conta de que a avaliação do SisPAE deve inserir-se no cotidiano pedagógico como qualquer outra avaliação que possa perpassar a realidade educativa e surtirá efeitos positivos no IBEPA da Escola (Luckesi, 2011, p.73):

Para que a avaliação da aprendizagem possa cumprir o seu papel, como um dos componentes do ato pedagógico escolar, deve atuar a serviço de uma concepção desenvolvimentista do ser humano; caso não seja esta a concepção que norteie a ação pedagógica, a avaliação da aprendizagem não realizará o seu papel de subsidiária da ação, já que a sua função é retratar a qualidade da realidade para intervenção adequada, tendo em vista a construção dos melhores resultados possíveis.

Na sequência seis (6), 2 (8%), de acordo com o resultado dos questionários o público pesquisado confirma que “Apoia a ideia de utilizar o rendimento escolar e IDEPA/metasp como direcionadores dos planejamentos projetos pedagógicos”, sendo assim, mesmo que seja um número reduzido, ainda assim é uma questão indispensável para encontrar um caminhos na “ busca de soluções para os impasses na produção dos resultados”, (Luckesi, 2011, p. 21), pois “ o que é planejar senão clarear os desejos e, com base nele, estabelecer metas práticas assim como os recursos que as viabilizem (p. 24).

Nesse contexto, o planejamento escolar com foco no rendimento da escola, bem como na medida do IDEPA da instituição, os indicadores apontaram a necessidade de averiguação atenta do processo ensino-aprendizagem como sinalizadores dos avanços e dificuldades do aprendizado dos alunos e da ação pedagógica do educador. “O que precisa acontecer é o uso dos resultados para pensar sobre a prática.”, (Brasil, 2006, p. 19).

Nos questionários, as propostas sete (7), 2 (8%) “Concorda com o fato de que se a comunidade educativa tivesse mais orientação sobre a finalidade/importância do IDEPA poderia favorecer a melhoria do índice da escola”, oito (8), 2 (8%) “Considera que a boa formação, o comprometimento docente e a proximidade da comunidade/família com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEPA da escola”, e nove (9), 1 (4%) “Acredita que a capacitação da gestão e conselho escolar em gerenciamentos de recursos financeiros seria favorável a melhoria do IDEPA da escola”, ambas situações, mesmo que não tenham sido importantes pela opção do público no sentido de favorecer a melhoria do IDEPA da Escola estudada, como as outras propostas anteriores, mas são relevantes porque dizem respeito a formação da comunidade escolar sobre os fatores que podem interferir na elevação do IDEPA da instituição.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Sendo assim a formação da comunidade de forma mais aprofundada sobre a problemática vivida na escola traz conhecimento e aproximação da vida escolar, consecutivamente, trará melhoria no clima, no rendimento e na participação de todos, Ângela (2008, p. 73):

É preciso que ela, envolvendo alunos, pais, educadores e demais funcionários vá-se constituído um centro de pesquisa e informação que subsidie a construção do seu projeto político-pedagógico. Todos os seguimentos da comunidade devem ser desafiados a pesquisar, a debater, a registrar, a sistematizar suas experiências, divulgá-las para a escola como um todo e, também, para outras escolas.

Na posição dez (10), 1 (4%) considera que “A escassez de apoio do órgão gestor (seduc/ure) e de setores empresariais/universidades para com a escola são agravos ao melhoramento do IDEPA da escola”. Esses 4% do público deixa evidente a extrema necessidade que a escolas, não apenas sensibilize, mas cobre com rigor o compromisso e a responsabilidade tanto do Governo e suas unidades educacionais representativas (SEDUC/URE), como as entidades de diferentes setores empresariais, sociais e universidades para a prestação de apoio que favoreça o empreendedorismo no espaço escolar, há começar da estruturação física, treinamentos aos funcionários, formação continuada aos educadores e disponibilização de materiais diversos. Nesse entendimento, esse incentivo possibilitará não somente conhecimento sobre o SisPAE e o melhoramento do IDEPA, como também o desenvolvimento da escola como um todo. O empreendedorismo que ora se configura diz respeito “(...) a formação de competência sociais, como liderança, iniciativa, capacidade de tomar decisões, autonomia nos trabalhos, habilidade de comunicação, constituem novos desafios educacionais”, Mello (2005, p. 34).

2. Resultados das Entrevistas Semiestruturada

i. Fatores de influência do IDEPA da Escola Estudada em 2015

Nessa parte do resultado optou-se por obter informações junto a 6 (seis) professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como ponto de afirmação dos fatores de influência do IDEPA da Escola estudada em 2015 e das medidas corretivas. Esta opção se deu porque o SisPAE/IDEPA contempla essas duas áreas de conhecimentos para medir, também, o índice de desenvolvimento educacional das escolas de nível médio do Estado do Pará, juntamente com o resultado do censo escolar.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Porém, no cruzamento dos resultados dos questionários com os das entrevistas focou-se em questões que não foram contempladas nos questionários. Assim obteve-se três pontos de destaque: a), 4 (66%), “O alunado não reconhece o IDEPA como indicador da qualidade educacional das escolas de nível médio do Estado do Pará”, b), 1 (17%), “Descontextualização do ensino de Português/Matemática frente a demanda do SisPAE” e, c) 1 (17%), “Necessidade de capacitação dos educadores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em relação a ferramenta avaliativa do SisPAE”.

ii. Medidas do IDEPA da Escola estudada/propostas de intervenção

As medidas corretivas retratadas nas entrevistas, resultaram: a) “implementar oficinas de Língua Portuguesa e Matemática para os alunos dos 1º aos 3º anos do Ensino Médio a partir da metodologia do SisPAE”, b) “reforçar informações sobre a importância da avaliação do SisPAE e o IDEPA como indicador da qualidade do ensino a comunidade escolar, principalmente aos alunos e familiares”, c) “incluir o SisPAE no processo avaliativo no decorrer dos bimestres” e, d) “realizar diagnósticos bimestrais como verificação do aprendizado dos discentes sobre a ferramenta do SisPAE”.

As duas primeiras propostas deste item (a e b) informam que os educadores entrevistados apontam que a formação e a intensificação de informações sobre o SisPAE a toda a comunidade escolar (alunos, família, professores, a equipe gestora, funcionários, bem como os demais grupos sociais que fazem parte do contexto educativo da Escola estudada. Para tanto, essa “avaliação emprega testes de proficiência, questionários contextuais, fatores associados ao desempenho escolar, estabelecendo-se assim um diagnóstico do sistema de ensino analisado”, (SisPAE, 2015, p. 23). Dessa forma, necessita que todos estejam conscientes de seus referenciais, metodologia e objetivos, de forma ampla, afim da obtenção de resultados favoráveis para o melhoramento do IDEPA da instituição.

As outras propostas (c e d), ambas se conectam em termos de importância e contexto, pois ao mesmo tempo que traz a inserção do SisPAE ao longo do processo avaliativo escolar fazendo com que os discentes se familiarizem com essa ferramenta ao longo dos bimestres, abre a possibilidade da escola realizar diagnósticos bimestrais como verificação do aprendizado dos discentes, ou seja, um aprimoramento investigativo da qualidade da aprendizagem. Nestes termos, Luckesi (2011, p. 175.), argumenta:

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

(...) o objeto é assumido no seu processo de construção, como bem se caracteriza o ato de aprender, que tem como suporte o ato de ensinar. Avaliação de produto realizar-se em dois passos: descrever e qualificar a realidade. A avaliação de acompanhamento em três: descrever, qualificar e intervir na realidade, se necessário.

3. Resultado da Análise Documental

i. Fatores de Influência do IDEPA da Escola Estudada em 2015

Ao analisar os principais documentos orientadores do ensino da instituição como o Projeto Político Pedagógico, Plano Curricular, e os planejamentos de ensino, principalmente da disciplina de Língua Portuguesa e Matemática nenhuma cita o IDEPA da escola e as metas estabelecidas. Porém, existe um plano de ação, definido de Alinhamento com o Diretor da Escola que foi realizado no ano 2016 contemplador de objetivos e metas para redução da evasão a partir do ano de 2016 e com vista a melhoria do IDEPA dessa unidade educativa Cartilha/Alinhamento com o Diretor da Escola (2016, pp. 1-12), mas este plano não está articulado com os demais referenciais organizadores do ensino de forma mais ampla e contextualizada com as necessidades e complexidade da ferramenta do SisPAE.

Nesse contexto, é necessária a inserção de forma articulada do IDEPA em todos os referenciais organizadores do ensino da escola com inclusão de objetivos e metas a serem almejadas em busca do desempenho da instituição, já que este medidor é um parâmetro que visualiza a qualidade do ensino e da educação como um todo nas unidades escolares do Estado do Pará, Barroso, (2005, p. 109):

É nesta realidade complexa, num cenário de múltiplas interações sociais, que a escola se move e produz uma cultura de organização própria que tem como grande meta obter bons resultados escolares que satisfaçam por um lado a formação integral do aluno, nas suas múltiplas dimensões e, por outro, o cumprimento do papel social de formar cidadãos com as competências técnicas, científicas e sociais necessárias à sua integração plena na vida ativa.

ii. Medidas Corretivas do IDEPA da Escola Estudada/propostas de intervenção

Evidenciou-se também, outro planejamento que foi construído em 2016 sob a orientação da empresa Falcani Consultores de Resultados que era uma medida para alinhar ao compromisso do diretor da escola com a melhoria do IDEPA. Este documento retratou alguns pontos, entre os mais relevantes foram quatro: a), “ Incluir as avaliações do SISPAE como parte do processo de avaliação do desempenho do aluno”, b), “Trabalhar nas aulas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o banco de questões do

SISPAE”, c), “Realizar palestra com alunos ressaltando informações sobre o SISPAE”, d), “Realizar simulado aos alunos com questões do SISPAE”.

Estas propostas (a, b, c e d) que foram evidenciadas a partir da análise documental já estão contempladas nas propostas dos tópicos anteriores, dessa forma, demonstra que tais questões são cruciais ao aprofundamento dos discentes e somam-se como exigência para que a Escola estudada busque cada vez mais, por meio desse procedimento avaliativo de externo e de larga escala, passos para a construção de planejamento pedagógico como mecanismos que, venham verdadeiramente, contribuir ao alcance da literacia como capacidade de usar a leitura, a escrita, interpretação, análise de códigos complexos, resolução de problemas e simbologia em contextos concretos e interconectados com a Língua Portuguesa e Matemática, pois como afirma Pombo (2003, p. 12), “só se aprende Matemática e Português nesse contacto íntimo com a escrita, tenha ela o suporte material que tiver”.

Em corroboração, Searle (1999, p. 27), diz: “Símbolos e frases são de facto entidades sintácticas, mas a interpretação sintáctica exige uma semântica”, ou seja, a Língua Portuguesa e a Matemática se conectam uma a outra dando sentido ao aprendizado pleno do educando. Partindo dessa analogia, o discente é capaz de adquirir amplos conhecimentos que favoreça ao desenvolvimento das suas potencialidades intelectuais para as diversas áreas de conhecimento dando a ele visão crítica de mundo e a perspectiva do seu engajamento consciente no meio social. Dessa forma, a melhoria no resultado do IDEPA da Escola estudada torna-se não apenas um desejo, mas uma conquista consciente, já que no final das contas é o resultado do aluno na avaliação do SisPAE que garantirá o êxito da escolar nesse índice de desenvolvimento educacional.

V. Discussões de Resultados do Estudo

A discussão do resultado de um trabalho científico é a fase em que, Segundo Medeiros (2003, p. 251), “explica, discute, fundamenta e anuncia as preposições (...) é a dedução lógica do trabalho; implica exercício de raciocínio”. Ou seja, é a demonstração do que serve para elucidar as ideias propostas no resultado da pesquisa Estudo de Caso “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de ensino médio”. Neste viés, Yin (2001, p.7) argumenta:

Também inclui a procura por explicações concorrentes das evidências em foco e a análise de sua plausibilidade. A plausibilidade dessas explicações é geralmente reduzida por uma "extinção de ramificações", ou seja, através da observação de suas outras implicações em conjuntos diferentes de dados e de quão bem elas se ajustam umas às outras.

Desse modo, o bojo dessa discussão de resultado de estudo se pautará em dois momentos essenciais: o primeiro diz respeito aos fatores que contribuíram para que a Escola estudada atingisse um resultado insatisfatório no IDEPA em 2015. O outro, retrata as medidas corretivas ou propostas de intervenção que possibilitarão o educandário onde foi realizada a pesquisa a obter êxito nessa medida de desempenho educacional nos anos posteriores há 2018.

Esses pontos, foram aferidos a partir da sistematização das informações relatadas nos questionários, nas entrevistas semiestruturadas e na análise documental disposto/as ao longo do tópico IV que foram tabuladas de acordo com a preferência do público pesquisado: educadores de áreas diferentes de conhecimentos, professores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e da equipe gestora (direção, vice-direção e Especialistas em Educação) e da visão crítica da pesquisadora (análise documental).

De acordo com o resultado da pesquisa, as questões que dizem respeito aos fatores que interferiram no IDEPA da escola optou-se por colocá-las em todo o seu contexto e não apenas as que tiveram maior concordância do público, haja vista que as de menor aceitação no decorrer da tabulação, também têm importância nessa análise, pois são questões intrinsecamente relacionadas ao contexto de ensino-aprendizagem da Escola estudada e, portanto, estão diretamente/indiretamente relacionadas ao desenvolvimento da comunidade educativa na busca de desempenho no IDEPA e de um Ensino Médio

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

público de qualidade. Segue a síntese dos fatores de influência do IDEPA da Escola estudada:

1. As políticas públicas educacionais do Estado do Pará não têm contribuído para a elevação do IDEPA das escolas de nível médio, na atualidade.
2. A estatística da escola de 2014 contribuiu para o IDEPA de 2015.
3. A ausência da comunidade/família no cotidiano pedagógico interferiu negativamente no IDEPA da escola.
4. Os referenciais organizadores do ensino (ppp, regimento, planos de ensino, não são atualizados com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do rendimento escolar e do IDEPA.
5. A boa formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEPA da escola.
6. As ações/projetos implementados na escola não têm ligação com a elevação do IDEPA da instituição.
7. Tem informação da importância do IDEB para medir o desempenho da qualidade do ensino no Brasil e a sua relação com o IDEPA.
8. Já se informou das ferramentas que o Governo se apropria para medir o IDEB no país e o IDEPA no Estado do Pará.
9. Acompanha os resultados do IDEPA e as metas a serem alcançadas pela escola ao longo do tempo.
10. É consciente da sua importância na melhoria do IDEPA da escola.
11. A principal forma de governança vigente na escola é a gestão burocrática.
12. O alunado não reconhece o IDEPA como indicador da qualidade educacional das escolas de nível médio do Estado do Pará.
13. Descontextualização do ensino de Língua Portuguesa e Matemática frente a demanda do SisPAE.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

14. Necessidade de capacitação dos educadores das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em relação a ferramenta avaliativa do SisPAE.

15. A falta de articulação dos referenciais organizadores do ensino de forma ampla e contextualizada com as necessidades e complexidade da ferramenta do SisPAE/IDEPA com os objetivos e metas a serem atingidas em busca do desempenho da Escola estudada.

As medidas corretivas ou propostas de intervenção estão de acordo com a mesma dinâmica tal qual se deu a escolha dos fatores de influência do IDEPA da Escola. Tais medidas têm como finalidade a sua remodelação para posteriormente serem transformadas em um planejamento participativo com o respaldo de toda a comunidade escolar com vista a melhoria do IDEPA da Escola estudada. Logo, este não é um planejamento pronto e acabado, pois à medida de sua ocorrência no contexto educativo partirá de uma ampla reflexão e análise de todos os envolvidos. Para tanto, deve se seguir vários estágios para a sua implantação, como se observa nos preceitos de Ricci (2004, pp. 6-7):

(...), a) fase de legitimação: fase inicial que supõe a legitimação do processo da participação como um processo decisório de governo e como lócus de apresentação de demandas sociais e deliberação participativa de ações públicas (...), b) fase de efetividade: consolidada a legitimação junto ao governo e a sociedade as pautas se unificam e se ampliam, além das demandas imediatas inicia-se o debate sobre modelos de desenvolvimento e políticas mais universais (...), c) fase de institucionalização: criam-se novas estruturas de gestão, monitoramento e avaliação das ações de governo, internalizando formas, instrumentos e processos participativos (...).

Segue a síntese das propostas para a possibilidade da construção do projeto de intervenção:

1. Cobrar dos setores competentes para que as políticas públicas educacionais do Estado do Pará sejam direcionadas a dar suporte pedagógico/infraestrutura a escola para a elevação do IDEPA.
2. Contextualizar o ensino com a nova demanda da sociedade e com os reais objetivos de aprendizagem do educando do Ensino Médio.
3. Mudança do atual modelo de gestão burocrática vigente na escola para o democrático.
4. Atuação efetiva da comunidade escolar na construção dos referenciais organizadores do ensino.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

5. Capacitar a comunidade escolar sobre a importância e as finalidades do SisPAE, bem como sobre as ferramentas utilizadas para medir o IDEPA como indicador da qualidade do ensino.
6. Utilizar o rendimento escolar e o indicador do IDEPA como direcionadores dos objetivos e metas nos referenciais organizadores do ensino (PPP, planejamentos e projetos pedagógicos).
7. Incentivar a formação continuada como fortalecedor do comprometimento docente e da aproximação da comunidade/família com o ato pedagógico da escola.
8. Capacitar a gestão e o Conselho Escolar em gerenciamentos de recursos financeiros.
9. Sensibilizar ao comprometimento do órgão gestor (Seduc/Ure), setores empresariais e universidades com o ato pedagógico da escola.
10. Implementar Oficinas de Língua Portuguesa e Matemática para os alunos dos 1º/2º/3º anos do Ensino Médio a partir da metodologia do SisPAE.
11. Sensibilizar a gestão escolar para que o SisPAE seja incluído no processo avaliativo no decorrer dos bimestres.
12. Realizar diagnósticos bimestrais nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como verificação do aprendizado dos discentes a partir das avaliações do SisPAE.
13. Realizar simulado aos alunos dos 1º/2º/3º anos do Ensino Médio com questões do SISPAE.

De modo geral, no ínterim da construção desse planejamento participativo deve ser levado em consideração a aceitação e as de recursos materiais e financeiros da comunidade escolar para ser implementado, caso contrário, o projeto de intervenção não servirá como mediador de um processo de transformação, Gandin (2001, p. 87):

O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a administração; parte da idéia que não basta uma ferramenta para “fazer bem as coisas” dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir “as coisas certas” a fazer, não apenas para o crescimento e a sobrevivência da entidade planejada, mas para a construção da sociedade; neste sentido, inclui como sua tarefa contribuir para a construção de novos horizontes, entre os quais estão, necessariamente, valores que constituirão a sociedade. Nas escolas, por exemplo, não basta que os professores, isoladamente ou mesmo em conjunto, definam “como” e “com que” vão “passar” um conteúdo preestabelecido, dando, assim, um carácter de só administração ao trabalho escolar; é necessário que se organizem para definir que resultados pretendem buscar, não apenas em relação a seus alunos, mas no que diz respeito às realidades sociais, e, que, a partir disto realizem uma avaliação circunstanciada de sua prática e proponham práticas alternativas para ter influência na construção social.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Dessa forma, esse planejamento participativo (projeto de intervenção), além de ser compartilhado e condizente com o anseio de toda comunidade escolar, deverá estar, sem sobre de dúvida, articulado ao Projeto Político-Pedagógico e demais referenciais direcionadores do ensino para então ser implementado a partir do segundo semestre de 2018, pois como enfatiza Oliveira (2015, p.12) um “O planejamento não é feito apenas para realizar algo suficientemente bem, mas para fazê-lo tão bem quanto possível” na busca de melhoria da qualidade do ensino e projeção da elevação do IDEPA dessa instituição de ensino. Para tanto, Oliveira (2000, p.151), é necessário “(...) a cada um, a cada segmento escolar, a contribuição engajada para que a administração participativa consiga atingir seus objetivos”.

VII. Considerações Finais

Ao concluir o estudo sobre “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de ensino médio” considera-se que este foi de extrema importância para avaliação do contexto educacional ora pesquisado por se inserir na relevância do entendimento do IDEB como indicador da qualidade do ensino no Brasil e sua relação ao surgimento do IDEPA como uma ferramenta que vem auxiliar o contexto educacional paraense, principalmente no que se refere ao Ensino Médio no Estado do Pará e sua incessante busca de alternativas na melhoria dos rendimentos educacionais.

O resultado desse estudo se constituiu através de instrumentos qualitativos e quantitativos que “a nosso ver, não existe avaliação quantitativa, mas somente qualitativa, pelo fato de que (...), a qualidade é atribuída tendo por base uma quantidade” (Luckesi, 2011, p. 417) que foi verificada por meio da aplicação de questionários, de entrevistas e análise documental com o aproveitamento das informações da equipe gestora e professores dessa educandário.

Esse processo retratou basicamente dois momentos: o primeiro deu ênfase no desvendar dos fatores que influenciaram para que a Escola alcançasse baixo desempenho no IDEPA em 2015 e no segundo momento o retrato das medidas corretivas que foram transformadas em propostas a ser construído um projeto de intervenção com a pretensão de implementação a partir de agosto de 2018 com o aval do Conselho Escolar e a participação de toda a comunidade educativa com vista a melhoria da qualidade da prática pedagógica rumo a elevação do IDEPA da instituição.

Nesse entendimento, não coube a esse trabalho retratar o SisPAE/IDEPA como a única saída para melhoria educacional dessa instituição, mas sugerir que através deste mecanismo de avaliação a escola possa traçar seus objetivos e metas e superar o déficit no aprendizado, pois é na prática pedagógica que a escola poderá encontrar a melhor forma de verificação das atividades docente e de acompanhamento do aprendizado dos discentes e com isso suscitar meios para promover o ensino-aprendizagem com qualidade.

Doravante, através do entendimento da dinâmica do SisPAE se espera a conscientização e sensibilização da equipe gestora e de toda a comunidade da Escola estudada da necessidade do alunado no aprimoramento dessa metodologia para superação

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

do IDEAPA de 2015 e garantir a eficácia no desempenho de qualidade nesse índice nos anos posteriores a 2018. Nesta consonância, Luckesi (2011, p. 62), afirma:

Agir na prática educativa (tal como em qualquer outra prática) com consciência clara da teoria que sustenta nossa ação nos dá força, pois dessa forma não só temos ciência do que queremos, mas também sabemos para onde estamos querendo caminhar e como queremos caminhar para lá, o que implica ter certeza dos fins que desejamos atingir (...).

Com base no que foi exposto no decorrer desse texto, afirma-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois o resultado ora exposto traz o entendimento que a elevação no IDEB da Escola estudada está relacionado ao fomento de políticas educacionais em âmbito macro (governo) e micro (escola), assim como na mudança na forma de gestão vigente no espaço escolar para o viés, eminentemente democrático que seja favorável ao fortalecimento da garantia da participação ativa da comunidade educativa no processo ensino-aprendizagem.

No aspecto pessoal, o estudo proposto favoreceu a pesquisadora a obtenção de conhecimentos mais concretos rumo a melhoria de sua prática educacional. Da mesma forma, espera-se que essa pesquisa sensibilize a sociedade para cobranças aos setores pertinentes quanto a melhoria do ensino público em seu amplo contexto (municipal, estadual e federal) e fomenta a participação mais efetiva de toda a comunidade da Escola estudada rumo a busca da excelência do ensino no município de Itaituba.

VIII. Referências

Bibliográficas

- Antunes, A. (2008). *Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar*. Guia da escola cidadã: v.8. São Paulo, Cortez.
- Ball, S. J., J. e Mainardes, J. (2011). *Políticas Educacionais: questões e dilema*. São Paulo: Cortez.
- Barroso, J. (2005). *Políticas educativas e organização escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bobbio, N. (2005). *Liberalismo e democracia*. (6º Ed.). São Paulo, Brasiliense.
- Castro, M. H. G. (2009). *Sistema de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf> [Consultado em: 21/03/2018].
- Castro, M. H. G. (2009). *Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios*. [Em linha]. Disponível em <http://www.produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf> [Consultado em 17/02/2018].
- Chiavenato, I. (2005). *Gerenciando com pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas*. Rio de Janeiro, Elsevier.
- Ciseski, A. A. e Romão, J. E. (2004). *Conselhos de escola: coletivos instituintes da Escola cidadã*. In: Gadotti, M. *Autonomia da escola: Princípios e propostas*. (6ª Ed.). São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, p. 66.
- Cury, C. R. (2005). *O direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola*. Brasília, Escola de Gestores.
- Dourado, L.F. et alii (2007). *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Série Documental: Textos para Discussão, Brasília, DF, Inep/MEC, p. 9.
- Freire, P. (2006). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia do Oprimido*. (56ª Ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Frigotto, G. (2010). *Educação e a crise do capitalismo real*. (6ª Ed.). São Paulo, Cortez.
- Esteves, J. M. (2004). *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo: Moderna.
- Fernandes, R. (2015). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (ideb): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/porta.ideal/Artigo/projecoes.pdf>>. [Consultado em 13/02/2018].

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Gandin, D. (2001). *A Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção da realidade*. Currículo sem fronteiras. Porto Alegre, Instituto Latino-americano de Planejamento Participativo.

Gohn, M. G. (2001). *Conselho gestores e participação sóciopolítica*. São Paulo, Cortez.

Gomes, N. L. (2008). *Indagações sobre o currículo: Diversidade e Currículo*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. [Consultado em 12/12/2017].

Kuenzer, A. Z. *Ensino médio e profissionalização: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, p. 17.

Libâneo, J. C. (2004). *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. (5ª Ed.). Goiânia, Alternativa.

Libâneo, J. C. (2006). *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. (3ª Ed.). São Paulo, Cortez.

Libâneo, J. C. et alii (2010). *Educação Escolar: políticas, estruturas e organização*. (9ª ed). São Paulo, Cortez.

Libâneo, J. C. e Alves, N. (2012). *Temas de Pedagogia. Diálogos entre didática e currículo*. (1ª ed). São Paulo, Editora Cortez.

Libâneo, J. C. (2013). *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. (6º Ed.). Goiânia, Alternativa.

Lima, L. C. (1992). *A Escola como organização e a participação na organização escolar*. [Em linha]. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11726>>. [Consultado em 15/01/2018].

Lima, L. C. (2009). *A democratização do governo das escolas públicas em Portugal*. Disponível em: <[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11727/1/Artigo%20Revista%20Sociologia%20n%C2%BA19%20\(2009\).pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11727/1/Artigo%20Revista%20Sociologia%20n%C2%BA19%20(2009).pdf)>. [Consultado em 21/3/2018].

Lück, H. (2009). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba, Editora Positivo.

Lück, H. (2010). *Liderança em gestão escolar*. Petrópolis, RJ, Vozes.

Lück, H. (2011). *Liderança em gestão escolar*. (7ª Ed.). Petrópolis, RJ, Vozes.

Luckesi, C. C. (2011). *Avaliação da aprendizagem componentes do ato pedagógico*. (1ª Ed.). São Paulo, Cortez.

Macedo, R. S. (2000). *Conversas com Hermes e Atená: ética do debate, atos de currículo e intercrítica*. Salvador, UFBA/FACED/PPGE/NEPEC.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

- Medeiros, J. B. (2003). *Redação científica*. (5ª Ed.). São Paulo, Atlas.
- Mello G. N. (2005). *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo, Cortez.
- Northouse, P. G. (2010). *Leadership. Theory end Practice* (5ª Ed.). Los Angeles, Sage Publications.
- Nóvoa, A. (2006). *Desafio do trabalho do professor no mundo contemporâneo*. [Em linha]. Disponível em: http://www.sinprosp.org.br/arquivos/novoa/livreto_novoa.pdf. (consultado em 23/04/2018).
- Oliveira, D. P. R. (2015). *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. (33ª Ed.). São Paulo, Atlas.
- Pacheco, J. (1998). *Projecto curricular integrado*. Lisboa: Ministério de Educação. PEPT 2000.
- Paro, V. H. (2012). *Administração Escolar: Introdução crítica*. (17ª Ed.). São Paulo, Cortez.
- Paro, V. H. (2010). *A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. [Em Linha]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022010000300008&script=sci_abstract&tlng=pt. [Consultado em 10/04/2018].
- Pombo, O. (2003). *A Matemática, rainha e serva das disciplinas científicas*. Actas do VIII Baú de Matemática. [Em linha]. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1284/1/19223_ulfc091313_tm_rui_marques.pdf. [Consultado em 22/03/2018].
- Ricci, R. (2004). *Contradições na implementação das ações de participação*. Revista Espaço Acadêmico, n. 36, pp. 6-7. [Em linha]. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br>. [Consultado em 04/05/2018].
- Saviani, D (1989). *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- Silva, R. B. (2003). *Educação comunitária: além do estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade*. Campinas, SP. Autores Associados.
- Silva, J. S. e Pereira, R. (2013). *Estudo Diagnóstico sobre o Ensino Médio no Pará*. [Em linha]. Disponível em: www.cee.pa.gov.br. [Consultado em 23/01/2017].
- Tahim, A. P. V. O. et alii (2016). *A Gestão Escolar e a Avaliação Institucional: observações, segundo os diretores municipais de Fortaleza-CE*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/3103c.pdf>. [Consultado em 17/02/2017].

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Volpi, M. et alii (2014). *10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos.* (1ª Ed). Brasília, DF: UNICEF.

Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (2ª ed). Porto Alegre, Bookman.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos.* (2ª ed). Porto Alegre, Bookman.

Legislações Consultadas

Ministério da Educação (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9394/96.* Brasília: MEC.

Ministério da Educação (1997). *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução CNE/CEB n.º 2/2012.* Brasília, DF, MEC

Ministério da Educação (2006). *Avaliação e Planejamento.* Brasília, MEC.

Ministério da Educação (2012). *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução CNE/CEB n.º 2/2012.* Brasília, MEC.

Ministério das Comunicações (1996). *Lei de diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96. Artigo 3.º.* Brasília, DF, MC.

Senado Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF, Senado.

Senado Federal (2015). *Artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988.* [Em linha]. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/art_205.asp>. [Consultado em 02/07/2017].

Outras Fontes Consultadas

Academia QEdU (2015). *Taxas de Rendimento 2015.* [Em linha]. Disponível em: <<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/taxa-de-rendimento>>. [Consultado em 10/12/2017].

Academia QEdU (2016). *O que são as metas educacionais.* [em linha]. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/114/para>>. [Consultado em 10/03/2017].

Agência Pará (2015). *Pacto Pela Educação ganha reforço de consultoria.* [Em linha]. Disponível em: <<http://www.agenciapara.com.br/Noticia/126356/pacto-pela-educacao-ganha-reforco-de-consultoria>>. [Consultado em 27/03/2018].

Agência Pará (2016). *Educação no Pará Ganha Melhores Nota e Avaliação.* [Em linha]. Disponível em: <<http://www.agenciapara.com.br/Entrevista/15>>. [consultado em 10/03/2017].

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Estadão (2015). *Lei-de-responsabilidade educacional precisaser pedagogica diz ministro-daeducacao*. [Em linha]. Disponível em:
<<http://educacao.estaao.com.br/noticias/geral,1744146>>. [Consultado em 03/01/2018].

Falconi Consultores de Resultados (2016). *Cartilha Plano de Metas*. Pará, SEDUC.

Falconi Consultores de Resultados (2016). *Alinhamento com o Diretor da Escola*. Pará, SEDUC.

Falconi Consultores de Resultados (2016). *Resultado do IDEPA do Ensino Médio/2015*. Pará, SEDUC.

G1.globo (2016). *Especialistas alertam que ideb é insuficiente para avaliar ensino no país*. [Em linha]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia.ghtml>>. [Consultado em 10/12/2017].

G1. globo (2016). *Ideb no Ensino Médio Fica Abaixo da Meta nas Escolas do Brasil*. [Em linha]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/ghtml>>. [Consultado em 12/12/2017].

Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (2015). *Educação básica*. [Em linha]. Disponível em:
<<http://www.inep.gov.br/Artigo/projecoes.pdf>>. [Consultado em 25/09/2017].

Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (2017). *O que são as metas educacionais*. Disponível em:
<<http://www.inep.gov.br/Artigo/projecoes.pdf>>. [Consultado em 13/02/2018].

Ministério das Comunicações (2006). *Avaliação educacional*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.sispae.caedufjf.net/avaliacao-educacional>>. [Consultado em 05/01/2018].

Ministério da Educação (2009). *Diretrizes Nacionais do Programa Escola de Gestores da Educação Básica Pública*. Brasília, MEC/SEB.

Ministério da Educação (2009). *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Matrizes de referência, tópicos e descritores*. Brasília, MEC/INEP.

Ministério da Educação (2014). *Sinopse Estatística da Educação Básica*. Brasília: Inep. [Em linha]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. [Consultado em 07/02/2017].

Ministério da Educação (2016). *Resumo Técnico/Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2015*. [Em linha]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. [Consultado em 22/11/2017].

Ministério da Educação (2016). *Resumo Técnico/Resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2005-2015*. [Em linha]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. [Consultado em 15/01/2018].

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Secretaria da Educação do Estado do Pará (2008). *Educação Básica no Pará: Elementos para uma política educacional democrática e de qualidade Pará todos* (Vol. I e II). Belém: SEDUC/PA.

Secretaria da Educação do Estado do Pará (2015). [Em linha]. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-03-26/educacao-no-estado-do-para-brasil%2C10395.html>>. [Consultado em 10/12/2017].

Sistema Paraense de Avaliação Educacional (2015). *Avaliação educacional*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.sispae.caedufjf.net/avaliacao-educacional>>. [Consultado em 01/05/2018].

Sistema Paraense de Avaliação Educacional (2015). *Revistas 2015: Referencias e Resultados*. [Em linha]. Disponível em: <https://sispae.vunesp.com.br/Arquivos/Revistas2015/ReferenciaseResultados_2015.pdf>. [Consultado em 02/05/2018].

Sistema Paraense de Avaliação Educacional (2015). *Revistas 2015: Sumario Executivo*. Disponibilizado em: [Em linha]. Disponível em: <https://sispae.vunesp.com.br/Arquivos/Revistas2015/SumarioExecutivo_2015.pdf>. [Consultado em 05/05/2018].

Sistema Paraense de Avaliação Educacional (2016). Carta do secretário. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.sispae.caedufjf.netsecretario>>. [Consultado em 18/02/2018].

Sistema Paraense de Avaliação Educacional (2016). *Política Pública. Diagnósticos Educacionais*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.sispae.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/07/SISPAE-RP-LP-4EF.pdf>>. [Consultado em 25/03/2018].

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

Índice de Anexos

Anexo 1. Requerimento de Autorização de Pesquisa ao Gestor da Escola X	ii
Anexo 2. Questionário: Professores de Diversas Áreas e a Equipe Gestora	iii
Anexo 3. Grelhas de Entrevista Semiestruturada: Professores de Língua Portuguesa e Matemática	vii

Anexo 1. Requerimento de Autorização de Pesquisa ao Gestor da Escola X



Universidade Fernando Pessoa

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, **Maria Lúcia dos Santos**, Brasileira, residente e domiciliada na Rua Sexta do Bairro da Floresta, n.º 430, Município de Itaituba, Estado do Pará, estou devidamente matriculada no **Mestrado em Docência e Gestão da Educação: Ramo Administração Escolar e Administração Educacional** com o **número de aluno 35807**, cujo o curso foi publicado em Diário da República 2ª Série, n.º 185 de 25 de setembro de 2013 e demais legislação conexas de Portugal, solicito de Vossa Senhoria a autorização para que seja colhida informações através de entrevistas, aplicação de questionários e observação de documentos direcionadores de ensino para embasar a pesquisa ***“O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de nível médio”***.

A Universidade Fernando Pessoa (UFP), com n.º de pessoa coletiva 502057602, sita na Praça Nove de Abril, n.º 349 4249-044, Porto/Portugal.

Afirmo que estou sob orientação do Professor Doutor João Manuel Casanona de Almeida para a conclusão e defesa da dissertação em julho de 2018.

Itaituba-PA, 8 de fevereiro de 2018.

Maria Lúcia dos Santos
Mestranda

Anexo 2. Questionário: Professores de Diversas Áreas e a Equipe Gestora



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA - PORTUGAL

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

O presente questionário é realizado no âmbito do projeto final do mestrado em docência e gestão escolar e insere-se no estudo do projeto intitulado “*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de nível médio*”.

Este trabalho tem como objetivos:

Identificar as causas culminantes do baixo desempenho da escola no IDEB em 2015.

Descrever as medidas corretivas para a melhoria do IDEB da unidade de ensino.

O questionário será entregue a equipe gestora e professores de uma instituição de ensino médio público da rede estadual, situada na zona urbana do Município de Itaituba, Estado do Pará.

A sua colaboração é fundamental para a concretização deste trabalho, por isso, solicito-lhe que disponibilize um pouco do seu tempo para responder a este questionário, expressando as suas opiniões sobre cada enunciado.

Não existem respostas certas e erradas, mas apenas um conjunto de questões sobre as quais pretendo conhecer o que pensa.

Solicito que responda com precisão às questões apresentadas.

Este questionário só poderá contribuir para a investigação referida, desde que esteja completamente preenchido.

O questionário é anônimo e será utilizado, apenas, para fins científicos.

Obrigada pela sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

Parte I: Identificação

Questão 1

1. Habilitação acadêmica (*assinale a opção que corresponda ao seu caso*)

- Doutorado
- Mestrado
- Especialista
- Bacharelado
- Graduação

Questão 2

2. Função que desempenha na escola (*assinale a opção que corresponda ao seu caso*)

- Diretor
- Vice-diretor
- Especialista em Educação
- Professor(a)

Questão 3

3. Total de anos de serviço na escola (*assinale a opção que corresponda ao seu caso*)

- 3 – 5 anos
- 5 – 10 anos
- 11 – 15 anos
- 16 – 20 anos

Questão 4

4. Tipo de vínculo (*assinale a opção que corresponde ao seu caso*)

- Efetivo por tempo de serviço
- Efetivo / Concurso
- Seletivo
- Contratado/a
- Comissionado/a
- Eleito/Eleição Direta

Parte II: Inquérito

Observação: Nesta parte do inquérito pretende-se saber conhecimentos e fatores de influência do IDEB e as medidas corretivas ao índice da escola.

Questão 5

5. Conhecimentos, fatores de influência e Motivos do baixo desempenho do IDEB da escola em 2015. Informe a sua opinião assinalando apenas uma alternativa referente a cada item a seguir:

	Nunca	Raramente	Muitas vezes	Sempre
5.1 – Já se informou da importância do IDEB para medir o desempenho da qualidade do ensino no Brasil?				
5.2 – Já se informou das ferramentas que o Governo se apropria para medir o IDEB no país?				
5.3 – Acompanha os resultados do IDEB e as metas a serem alcançadas pela escola ao longo do tempo?				
5.4 – É consciente da sua importância na melhoria do IDEB da escola?				
5.5 – As políticas públicas educacionais do Estado do Pará têm contribuído para a elevação do IDEB das escolas de nível médio, na atualidade?				
5.6 – A estatística da escola de 2013/2014 contribuiu para o IDEB de 2015?				
5.7 – Os referenciais organizadores do ensino (ppp, regimento, planos de ensino, etc., são atualizados com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do IDEB?				
5.8 – As ações/projetos implementados na escola têm ligação com a elevação do IDEB?				
5.9 – Considera que a boa formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEB da escola?				
5.10 – A ausência ou aproximação da comunidade/família no cotidiano pedagógico pode interferir positivamente ou negativamente no IDEB da escola?				

Questão 6

6. Tipo de Gestão Escolar. Dos estilos que se apresentam qual considera ser o mais próximo do que é vivenciado em seu espaço escolar e que influencia no IDEB da escola:

- Gestão democrática - estimula a participação de todos no processo, compartilha problemas, ouvi proposta e toma as decisões, sempre pautado no bom senso, respeitando a liberdade de cada um.
- Gestão Burocrática – aquela em que o gestor permanentemente ocupa-se de formulários, fichas de controle e afirma seguir as normas.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*

- Gestão autocrática – gestor constrói em torno de si uma muralha, considerando-se superior aos demais membros da equipe escolar.

Questão 7

7. Medidas corretivas do IDEB da escola. Informe a sua opinião assinalando apenas uma alternativa referente a cada item a seguir:

	Nunca	Raramente	Muitas vezes	Sempre
7.1 – Concorda com o fato de que se a comunidade educativa tivesse mais orientação sobre a finalidade/importância do IDEB poderia favorecer a melhoria do índice da escola?				
7.2 – Considera importante a capacitação sobre as ferramentas que são utilizadas para medir o IDEB?				
7.3 – Apoiar a ideia de utilizar o rendimento escolar e IDEB/metabol como direcionadores dos planejamentos pedagógicos?				
7.4 – Aprova que as políticas públicas educacionais do Estado do Pará sejam direcionadas a dar suporte as escolas de nível médio para a elevação do IDEB?				
7.5 – Aceita que os referenciais organizadores do ensino sejam construídos com a participação da comunidade escolar visando a melhoria do IDEB?				
7.6 – Considera que a boa formação, o comprometimento docente e proximidade da comunidade/família com o ato pedagógico pode favorecer a elevação do IDEB da escola?				
7.7 – Concebe que a mudança do atual modelo de gestão vigente na escola é favorável a melhoria do IDEB da escola?				
7.8 – Acredita que a capacitação da gestão e conselho escolar em gerenciamentos de recursos financeiros seria favorável a melhoria do IDEB da escola?				
7.9 – Aceita que o ensino descontextualizado a nova demanda da sociedade e com os reais objetivos dos educando interfere no rendimento e, consecutivamente, no resultado do IDEB?				
7.10 – A escassez de apoio do órgão gestor (seduc/ure) e de setores empresariais/universidades para com a escola são agravos ao melhoramento do IDEB?				

Agradecida pelas informações!

Anexo 3. Grelhas de Entrevista Semiestruturada: Professores das Disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática

Grelha de Entrevista Semiestruturada da Pesquisa “O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educacional do Pará (IDEPA): medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio”.

Objetivos Gerais

1. Identificar as causas culminantes do baixo desempenho da escola no IDEB em 2015.
2. Descrever medidas corretivas para a melhoria do IDEB da unidade de ensino.

QUESTÕES DIRECIONADORAS

1. O contexto do IDEB como indicador da qualidade do ensino no Brasil.
3. A realidade do Ensino Médio no contexto das políticas públicas educacionais do Estado do Pará a partir do surgimento do IDEB.
4. A relação do desempenho da escola no ano de 2014 com o IDEB de 2015.
5. O alinhamento dos referenciais organizadores do ensino (Regimento Escolar, PPP, Planos de ensino, projetos didáticos com a melhoria do rendimento e do IDEB da escola.
6. O tipo de gestão vigente no espaço escolar influencia no IDEB da escola.
7. A ausência ou aproximação da comunidade/família interferiu no IDEB da escola.
8. A formação e o comprometimento docente com o ato pedagógico são fatores de influência ao IDEB da escola.
9. Percepção do público alvo sobre as ações que possibilitarão a melhoria do IDEB da escola.

*O Panorama do Baixo Desempenho no Índice de Desenvolvimento Educacional do Pará (IDEPA):
medidas corretivas para uma escola pública de Ensino Médio*